

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

Ludmila de Azevedo Krepe

JORNALISMO SENSACIONAL X JORNALISMO HUMANIZADO:

o olhar de *O Globo* sobre o estupro coletivo de uma adolescente

**Juiz de Fora
Julho de 2017**

Ludmila de Azevedo Krepe

JORNALISMO SENSACIONAL X JORNALISMO HUMANIZADO:

o olhar de *O Globo* sobre o estupro coletivo de uma adolescente

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Marise Baesso
Tristão

Juiz de Fora
Julho de 2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Krepe, Ludmila de Azevedo.

Jornalismo sensacional X jornalismo humanizado: : o olhar de O Globo sobre o estupro coletivo de uma adolescente / Ludmila de Azevedo Krepe. -- 2017.

92 p. : il.

Orientadora: Marise Baesso Tristão

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2017.

1. Jornalismo Impresso. 2. O Globo. 3. Violência contra a mulher. 4. Estupro Coletivo. 5. Sensacional. I. Tristão, Marise Baesso, orient. II. Título.

Ludmila de Azevedo Krepe

Jornalismo sensacional X jornalismo humanizado:
o olhar de O Globo sobre o estupro coletivo de uma adolescente

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade
de Comunicação da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Marise Baesso Tristão
(FACOM/UFJF)

Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Marise Baesso Tristão (FACOM/UFJF) - orientadora

Profa. Ms. Júlia Pessôa Vargas (FACOM/UFJF) - convidada

Prof. Ms. Ricardo Bedendo (FACOM/UFJF) – convidado

Conceito obtido: (X) aprovado(a) () reprovado(a)

Observação da banca: _____

_____.

Juiz de Fora, 13 de julho de 2017.

A Cecilia, minha mãe, que sempre acredita e torce por mim, mesmo quando duvido de mim mesma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter atendido sempre minhas preces e permitido que eu chegasse até aqui.

Agradeço também à minha orientadora, Marise, por ter abraçado este tema, além da paciência e disponibilidade de sempre.

A minha mãe, Cecilia, pelo grande amor por mim, a ponto de aguentar pacientemente o mau-humor típico de TCC.

A Mayla, por me ajudar a manter minha sanidade durante esse processo.

Aos amigos da Facom, pelo companheirismo e palavras de compreensão, e aos outros amigos, que torceram por mim e relevaram algumas ausências.

Me dê licença
Minha carne não está à venda
E meu corpo não é sua merenda
Me faça o favor!
(AÍLA, #Nãovoucalar, 2016)

RESUMO

Tendo como método a análise de conteúdo, este trabalho busca demonstrar, por meio das matérias publicadas no jornal *O Globo*, como foi retratado o caso do estupro de uma adolescente de 16 anos em uma comunidade do Rio de Janeiro, em maio de 2016. O caso torna-se emblemático por ter sido o primeiro que ganhou repercussão com o nome de “estupro coletivo”, e porque se baseou em imagens divulgadas nas redes sociais. O objetivo é verificar se o crime servirá de referência para alterar a forma como a violência contra a mulher é retratada na mídia. Ao final da análise de reportagens publicadas no período de uma semana, conclui-se que, apesar da importância do caso para a reflexão social, o jornal repetirá a fórmula de pedir punição para os suspeitos e de espetacularizar a narrativa, em detrimento da questão social.

Palavras-chave: Jornalismo Impresso. *O Globo*. Violência contra a Mulher. Estupro Coletivo. Sensacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A adolescente saindo do hospital com sua mãe	67
Figura 2 – A vítima com as mãos cobrindo o rosto	68
Figura 3 – Chapéu utilizado com a foto da adolescente, logo abaixo da editoria	68
Figura 4 – Foto da jovem em contraluz	69
Figura 5 – Um dos suspeitos do crime tem seu rosto mostrado	69
Figura 6 – Suspeitos identificados tem rostos exibidos no jornal	70
Figura 7 – Foto dos sete suspeitos identificados	70
Figura 8 – Foto do acusado de tirar “selfie” com a vítima nua e desmaiada.....	71
Figura 9 – Cama onde teria acontecido o estupro	72
Figura 10 – Manifestação contra casos de estupro	73
Figura 11 – Varal de roupas “ensanguentadas” em protesto contra violência sexual	73
Figura 12 – Manifestação em Brasília.....	74
Figura 13 Protesto de moradores da comunidade negando que houve estupro.....	74
Figura 14 – Manifestação pelo fim da cultura do estupro, no Centro do Rio	75
Figura 15 – Perfil sobre o delegado Alessandro Thiers.....	76
Figura 16 – Divergência de opiniões entre os delegados	76
Figura 17 – Fachada de Centro de Atendimento à Mulher onde faltam recursos	77
Figura 18 – Matéria sobre protesto contra a cultura do estupro publicada no site do jornal Tribuna de Minas.....	82
Figura 19 – Atualizações sobre as investigações do caso publicadas no site do jornal Tribuna de Minas	82
Tabela 1 – Matérias publicadas em O Globo de acordo com data e título	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JORNALISMO: A NARRATIVA	15
2.1 AS FASES DO JORNALISMO	15
2.2 PRINCÍPIOS E PARTICULARIDADES DO JORNAL O GLOBO	19
2.3 OS VALORES-NOTÍCIA	21
2.3.1 Valores-notícia de Seleção: critérios substantivos	22
2.3.2 Valores-notícia de Seleção: critérios contextuais.....	25
2.3.3 Valores-notícia de Construção	26
3 O CRIME NO JORNAL	35
3.1 O ESTUPRO COLETIVO	38
3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL E LEGISLAÇÃO	40
3.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	42
3.4 OS MANUAIS DE REDAÇÃO E O TRATAMENTO DAS NOTÍCIAS CRIMINAIS .	43
3.4.1 Manual de redação de O Globo.....	44
3.4.2 A ONG Think Olga e o Minimanual do Jornalismo Humanizado	45
4 O ESTUDO INTERPRETATIVO DE O GLOBO.....	48
4.1 TÍTULO E EDITORIA	48
4.2 NARRATIVA.....	54
4.2.1 Primeiro dia	54
4.2.2 Segundo dia	56
4.2.3 Terceiro dia	57
4.2.4 Quarto dia	60
4.2.5 Quinto dia.....	61
4.2.6 Sexto dia	63
4.2.7 Sétimo dia	65
4.3 IMAGENS	66

4.4 FONTES OUVIDAS/FONTES AUSENTES	77
5 CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	87
ANEXO A – PÁGINAS DE <i>O GLOBO</i> ANALISADAS	87

1 INTRODUÇÃO

No dia 20 de maio de 2016, uma adolescente de 16 anos foi a um baile funk no Morro do Barão, na Praça Seca, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Com alguns jovens, incluindo seu namorado, ela foi, na madrugada do dia 21, até uma casa na comunidade, onde foi drogada e estuprada por vários homens. Envergonhada, a garota se manteve em silêncio, como fazem tantas outras vítimas todos os dias. Porém, o crime veio à tona dias depois, quando os criminosos postaram fotos e vídeos da jovem nua e desacordada nas redes sociais. As imagens viralizaram e chocaram a população, que efetuou mais de 800 denúncias à ouvidoria do Ministério Público. Nos dias 26 e 27 de maio, a imprensa, tendo acesso ao boletim de ocorrência, veiculou as primeiras reportagens sobre o caso.

Ao dar início a este trabalho, nossa hipótese era a de que esse caso, mais especificamente sua repercussão - seja nas matérias sobre o assunto, manifestações em repúdio aos casos de estupro e até mesmo discussões sobre o aumento da pena para esse crime - havia sido responsável por introduzir uma nova visão, social e jornalística, sobre a violência sexual contra a mulher. Não estamos falando, é claro, de uma mudança da noite para o dia, transformando uma sociedade culturalmente machista em uma sociedade mais aberta a discutir as questões de gênero, mais igualitária e humanizada. Entretanto, acreditamos, em princípio, que a visão difundida pelo jornalismo sobre essa ocorrência - que recebeu a alcunha inédita midiaticamente de “estupro coletivo” - teria tido um importante papel na “preparação do terreno” para uma gradual mudança histórica na forma de entender a mulher e a vítima de estupro no Brasil.

Para analisar esse caso jornalisticamente falando, foi necessária uma série de reflexões. Com a consciência que, de acordo com dados do Ministério Público, 4.725 estupros foram registrados no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014, resultando em aproximadamente 12 estupros por dia, é necessário questionar o porquê de esse caso ter alcançado tanta repercussão nacional e internacional. Por que o estupro dessa adolescente não foi considerado apenas mais um entre tantos, ainda mais se verificarmos o contexto social periférico da vítima? Será que o crime foi considerado tão grave por conta da pouca idade da vítima, do grande número de agressores ou das imagens postadas na internet? Será que as pessoas só se comoveram com o caso porque as imagens o tornaram mais real?

O objeto de análise escolhido foi o jornal *O Globo*, por ser um periódico do Rio de Janeiro, ser um dos mais lidos em todo o Brasil, e considerado um jornal “de referência”, que possui a imagem de um veículo de comunicação sério e de confiança. Além disso, a

publicação possui um Manual de Redação no qual diversos outros jornais se baseiam, seguindo suas regras e princípios éticos. Dessa forma, estudamos as reportagens publicadas para verificar se, de fato, o caráter inédito desse crime fez com que o jornal tivesse uma preocupação maior em expor problemas que sempre estiveram velados na sociedade, como o machismo e a culpabilização da vítima de estupro. Será que, em sua narrativa, *O Globo* preza pelo bem-estar e pela não-exposição da adolescente?

Quando pensamos na função do jornalismo, o primeiro pensamento que vem à cabeça é a informação. Porém, devido à sua capacidade de influenciar a população e formar opiniões, vemos que a mídia também possui uma função social. Mais importante que o compromisso com a verdade é tornar o mundo um lugar mais tolerante e justo. Nos próximos capítulos, iremos explorar a base teórica do jornalismo impresso e da violência sexual no Brasil, bem como as leis que protegem as vítimas. Faremos uma passagem por alguns modos que definem como o jornalista olha para os fatos e, assim, constrói suas narrativas. No capítulo final, com a análise das reportagens publicadas por *O Globo*, veremos se a cobertura desse crime corresponde às nossas hipóteses e às necessidades sociais da atualidade.

Primeiro, enumeramos e definimos as fases do jornalismo segundo Ciro Marcondes Filho, desde a pré-história até o Quarto Jornalismo, fase contemporânea baseada no imediatismo e na estratégia de chamar a atenção do consumidor, por meio de matérias e imagens apelativas. De certa forma, podemos afirmar que o atual momento do jornalismo também é “sensacional”, fazendo com que os leitores se guiem pelos sentidos e sensações para interpretar a notícia. Passando a identificar o objeto de estudo, notamos que o *Globo* tem se reinventado nos últimos tempos, e, justamente, para atender às necessidades desse novo jornalismo que não tem como existir sem o lucro, mesmo que estejamos passando por uma Era Digital.

Para que os jornais e outros meios de comunicação definam a importância de cada pauta e quais acontecimentos irão se tornar notícia, eles se baseiam em uma lógica, que vários autores, entre eles Nelson Traquina (2008), vai chamar de valores-notícia. Já que não se pode contar tudo o que acontece no mundo, os jornalistas se baseiam em alguns critérios e criam algumas técnicas para tornar os fatos mais atrativos para a população. Entre os valores mais importantes para a compreensão deste trabalho estão a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade, o conflito, infração, visualidade, amplificação, dramatização e personalização. Tais critérios fazem com que esse caso tenha sua importância aumentada a nível nacional, tornando-o relevante para ser tratado como notícia no país e no mundo. Fatores como o conflito, a dramatização e a personalização são produzidos pelo jornal para espetacularizar o

estupro ocorrido. Este caso, por sua vez, por estar em uma cidade considerada vitrine do país para o mundo e também numa mídia influenciadora, acaba por também influenciar outros veículos de comunicação, que buscarão histórias semelhantes em suas realidades.

Iremos explorar também o conceito e a classificação das fontes jornalísticas, imprescindíveis na hora da construção da narrativa, além de falar sobre o sensacionalismo nos jornais, característica que não deixa de existir em publicações chamadas de *quality paper* ou de referência, como identifica a autora Leticia Matheus (2011) no caso de *O Globo*.

No capítulo seguinte, a representação do crime no jornal é acrescentada às discussões. Observamos que as formas de se noticiar um crime estão em constantes mudanças, apesar de, atualmente, termos observado uma predominância das fontes policiais durante a produção das reportagens. De acordo com Ramos e Paiva (2007), a ausência de muitos tipos de fontes tem como consequência uma cobertura sem diversidade e pluralidade, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes.

Com uma maior contextualização do caso do estupro coletivo da adolescente, abordamos algumas características que poderiam torná-lo uma exceção, permitindo discussões mais profundas sobre o machismo, o abuso sexual e a violência contra a mulher. Ainda assim, esperamos a polarização típica do jornalismo policial, como explicam Leticia Matheus (2011) e Marise Baesso Tristão (2012): como personagens de uma narrativa, as vítimas representam os heróis e heroínas, ou o “bem”, enquanto os criminosos fazem o papel dos vilões e personificam o “mal”.

Abordamos ainda a legislação brasileira e o modo como ela compreende e tipifica o estupro e a violência contra a mulher. Através dos anos, houve alguns avanços significativos, como a utilização do termo “estupro” para designar qualquer prática sexual não consentida, com ou sem penetração, praticada e sofrida por homens ou mulheres, havendo ou não um relacionamento entre a vítima e o estuproador. A Lei Maria da Penha também modifica o tratamento de casos de violência física, sexual ou psicológica contra a mulher na justiça, tendo como consequência a criação de delegacias e centros especializados no atendimento da mulher vítima, na tentativa de evitar que elas passem por mais situações invasivas ou constrangedoras.

Como a vítima de estupro é uma adolescente de 16 anos, também se aplica ao caso o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, também incluímos na análise as colocações desse documento, como por exemplo a não divulgação do nome da criança ou adolescente vítima, a não identificação por meio de fotos e a não submissão a qualquer tipo de

constrangimento. Com base nessas e em outras regras, poderemos avaliar se *O Globo*, que diz seguir o Estatuto, e até mesmo a polícia responsável por investigar o crime, agiram de acordo com a lei.

A terceira parte também apresenta e compara dois manuais de redação que tratam do assunto. Os Princípios Editoriais do Grupo Globo, além de enumerar as principais preocupações e comprometimentos dos veículos de comunicação que integram a empresa, estabelece algumas normas que devem ser seguidas pelos jornalistas que trabalham nessa rede. São destacadas as citações referentes a crimes e suspeitos, como fazer acusações apenas após as devidas apurações, dar espaço para que os criminosos ou suspeitos deem sua versão dos fatos, se estiverem dispostos a dar entrevista. Além disso, se a polícia cometer algum erro, o jornal deve informar o leitor e cobrar as autoridades competentes.

Em relação à preservação da vítima, a primeira parte do Minimanual do Jornalismo Humanizado, elaborado pela ONG Think Olga, também foi considerado. Lançado um mês após as publicações das primeiras matérias sobre o estupro coletivo, o objetivo do documento foi conscientizar os repórteres sobre alguns erros facilmente cometidos na redação de matérias sobre violência contra a mulher. As principais recomendações são não romantizar o estupro, não confundir estupro com sexo, não desmerecer a vítima, não romantizar os autores e o crime de violência doméstica ou feminicídio e não julgar as vítimas por seu comportamento após o crime. Durante a análise, também iremos checar as reportagens do nosso objeto de estudo de acordo com o jornalismo humanizado da Think Olga.

Já na análise propriamente dita, observamos todas as reportagens sobre o estupro coletivo publicadas no período de uma semana, a partir da primeira, no jornal do dia 27 de maio de 2016. Abarcamos, assim, o período de 27 de maio a 2 de junho, e, de acordo com a análise de conteúdo de Laurence Bardin, consideramos quatro categorias: título/editoria, narrativa, fotos e fontes ouvidas/fontes ausentes. De acordo com esses quesitos, buscamos responder às seguintes perguntas: as matérias respeitam as leis e manuais aqui apresentados? Qual o principal foco de *O Globo* nessas reportagens? Elas ajudam a legitimizar as discussões sobre a violência contra a mulher e a reduzir a frequente culpabilização da vítima de estupro? As respostas irão nos ajudar a perceber se, de fato, esse crime representou um marco, dando início a uma mudança na visão do crime sexual na sociedade.

2 JORNALISMO: A NARRATIVA

Neste primeiro capítulo, traremos pontos importantes para o jornalismo, desde suas origens até os dias de hoje, com foco no jornal impresso, objeto que será analisado mais à frente. Aqui falaremos sobre as particularidades de cada fase do jornalismo, especialmente na “Era Digital” em que vivemos atualmente. É importante ressaltar que, ainda que a mídia esteja em constante mudança e evolução, é preciso definir os acontecimentos que são importantes o suficiente para se tornarem notícia, bem como os critérios utilizados para essa seleção e os padrões seguidos pelos jornalistas.

Em uma breve contextualização sobre o jornal *O Globo*, um dos jornais de maior tiragem no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, iremos estabelecer conexões entre seus princípios editoriais e o “Quarto Jornalismo” segundo Marcondes Filho, além de começar a identificar características do jornalismo que podem resvalar para o sensacionalismo no periódico.

Posteriormente, entenderemos que as fontes e os valores-notícia são recursos importantes para caracterizar os assuntos e fatos que serão escolhidos para serem divulgados pelos veículos de comunicação. Veremos que a notícia pode ser mais ou menos apelativa e mais ou menos atraente para o leitor de acordo com seus entrevistados e os critérios de seleção para que a matéria integre o jornal.

Obviamente que o sensacional e extraordinário é assunto a ser tratado pela mídia. No entanto, iremos identificar quando alguns temas extrapolam para o sensacionalismo ao invés de buscar o foco na função social do jornalismo e na informação e definir também este conceito. Defendemos, aqui, que este não é um atributo apenas daquela mídia que é chamada de popular, mas também está presente em jornais tidos como sérios e de referência, como *O Globo*, conforme defende Matheus (2011).

2.1 AS FASES DO JORNALISMO

A prática de narrar os fatos com a finalidade de informar a população ou mesmo uma determinada classe social teve início, segundo alguns estudiosos, no século XVII. O fim da Idade Média e do poder absoluto da Igreja sobre o Estado, além do surgimento da burguesia, tornou possível a existência dos primeiros jornais, produzidos artesanalmente. Ciro Marcondes Filho (2002) especula que, em 1631, uma publicação francesa já possuía todas as características básicas de um jornal, veículo que se expandiu a partir da luta pelos direitos

humanos nesta que foi a “revolução símbolo” da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado da Idade Média, assim como da afirmação do espírito burguês (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10). Trata-se da intitulada “Pré-história” do jornalismo. A partir do momento em que o conhecimento, a alfabetização, os documentos e o poder de pesquisa deixaram de ser exclusivos da Igreja, a informação começou a passar por um processo de democratização. Ainda assim, as classes mais pobres permaneceram excluídas, pois as universidades se tornaram o principal reduto do saber, deixando de lado o foco na teologia, e apenas a elite tinha acesso à formação acadêmica.

A Revolução Francesa, símbolo da queda de regimes monárquicos e do poder aristocrático, foi também, ao mesmo tempo, a conquista do direito à informação. Além de decapitar nobres, tratava-se agora de abrir os diques de seus segredos. Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o *mito da transparência*, filho direto da ideologia das luzes. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10-11)

A partir de 1789, ano da Revolução Francesa, Marcondes Filho considera que houve o início do “Primeiro Jornalismo”. Aliados aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, os jornais passam a apresentar um propósito político e, conseqüentemente, crítico. O iluminismo também influencia os periódicos, priorizando a busca sem fim pelo conhecimento e pela informação.

O controle do saber e da informação funcionava como forma de dominação, de manutenção da autoridade e do poder, assim como facilitava a submissão e a servidão. (...) A época burguesa inverte o processo: agora tudo deve ser exposto, superexposto, ostensivamente mostrado. (...) É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11).

É também durante esse período que as redações se tornam o local de confecção do jornal, sendo que essas se destacam como locais de autonomia e identidade própria. Com o tempo, o jornalismo vai deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força política autônoma. Mas ainda prevalecem os jornais eruditos, as revistas moralistas, em que escritores e políticos escrevem em suas páginas (MARCONDES FILHO, 2002, p.12). A imprensa voltada apenas para um partido político se tornou comum e, enquanto eles ganhavam voz, os fins lucrativos das publicações ficaram em segundo plano.

O “Segundo Jornalismo” se deu em meados do século XIX. Enquanto o advento das lutas sociais e da reforma eleitoral permitiu o crescimento da imprensa popular, que apoiava a causa dos operários e o movimento socialista, as grandes empresas jornalísticas se consolidaram como máquinas de produção de notícias, tendo como principal objetivo a geração de lucro.

A transformação tecnológica irá exigir da empresa jornalística a capacidade financeira de auto-sustentação, pesados pagamentos periódicos para amortizar a modernização de suas máquinas; irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se autofinanciar. A fase romântica em que o valor pedagógico era financiado pela falência do jornal cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13)

A nova imprensa se torna, então, repleta de publicidades e de notícias sensacionalistas, que aumentam o poder de venda dos jornais. As características originais do jornalismo, porém, são mantidas, como a busca do exclusivo, do “furo”, e a procura pela neutralidade e imparcialidade.

Desaparece a liberdade e em contrapartida se obtém mais entretenimento. Este será o substituto funcional que os donos dos jornais encontrarão para preencher a lacuna criada com a supressão da liberdade da imprensa. Não obstante, também as funções “políticas” dentro do jornal são abaladas. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14)

Já no século XX, as grandes publicações sobrevivem por meio de monopólios (ou seja, grandes conglomerados da indústria da imprensa), caracterizando o “Terceiro Jornalismo”. Para reagir a crises que acometem a época, como a Grande Depressão americana, o campo publicitário começa a crescer e a modificar o jornalismo. A busca pela verdade não é mais a prioridade, e nem o engajamento político e social.

A transformação ou a descaracterização da atividade (alguns chamam mesmo de “decadência”) tem a ver com a crise da cultura ocidental: o jornalismo é a expressão física de um espírito. O pano de fundo dessas mudanças é o fim da modernidade, caracterizado pelo (novo) processo universal de desencanto (defecção do socialismo e das alternativas ao capitalismo), pela crise dos meta-relatos e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos processos teleológicos (esperança de um futuro melhor, a subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e – último mas não menos sério – o desaparecimento do “conceito de agonística geral”, isto é, da política como embate, competição, confrontação radical. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 15)

Após a II Guerra Mundial, o jornalismo começa a abandonar seu formato clássico para dar início à sua “Quarta Fase”, por volta da década de 1970. Essa reinvenção acontece

com o auxílio da tecnologia e do desenvolvimento das estratégias de comunicação. Surgem as assessorias de imprensa, quando as empresas começam a enviar comunicados sobre seus assuntos às redações. Além disso, os sistemas eletrônicos de comunicação fazem com que o ser humano não seja o único a difundir as informações, que ficam cada vez mais interativas.

No âmbito das reações entre comunicação e tecnologias, as novas tecnologias agem em dois planos: virtualizam o trabalho jornalístico impresso e interferem radicalmente nos conteúdos (tanto explícitos quanto subentendidos nas novas técnicas). Em relação ao trabalho, o homem de redação, acostumado a escrever sobre o papel, a participar fisicamente do ambiente com os colegas, a ver seu produto “realizado” como um objeto jornal, passa a se submeter à lógica imaterial da tecnologia (mais difundida nos meios visuais) e a se adaptar à completa volatilização do ambiente de trabalho (...). Além disso, a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um novo mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de “jornalismo”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 31)

Ainda segundo Marcondes Filho, o conteúdo pautado pela imprensa também sofreu a influência dessas tecnologias. As imagens se tornaram um importante critério para que uma matéria fosse publicada, ou para que uma reportagem fosse ao ar na televisão: primeiro havia a necessidade da imagem, e, depois, do texto. Assim, ocorreu uma “sensacionalização” da imprensa. O jornalismo se tornou “sensacional” por priorizar as sensações, a surpresa e o inusitado em vez da básica narração dos fatos e da informação do que se passa no mundo.

O “Quarto Jornalismo”, ainda para este autor, perdura até os dias de hoje, quando os efeitos visuais causam maior impacto ao consumidor da notícia. Como o acesso à informação está por toda parte, a imprensa deve também ser veloz em sua produção, fazendo com que, atualmente, os jornais utilizem sites próprios para a divulgação instantânea de notícias. Outra tendência recente é a interação com a população, que pode enviar sugestões e “furos” para a imprensa; a tecnologia móvel faz com que todas as pessoas sejam possíveis produtoras de informação. Tais estratégias são utilizadas pelos jornais para que seja possível a concorrência contra veículos de comunicação audiovisual e on-line.

Ao fazer esta retrospectiva, nosso objetivo é mostrar de que forma se encontra o jornalismo atualmente e em que condições se darão a divulgação do fato que será nosso objeto de estudo. Ao dizer que todas as pessoas são produtoras de informação, Marcondes Filho ressalta o fato de que isso só é possível diante das tecnologias. Na atualidade, isso é ainda mais facilitado pelo uso dos smartphones, fator, que, conforme veremos adiante, será definitivo para que nosso objeto ganhasse destaque na mídia.

No entanto, ainda que haja o avanço de muitas tecnologias, entendemos que o jornal impresso ainda é um dos veículos centrais, capaz de influenciar outras mídias, assim como é influenciado. No item a seguir, iremos mostrar um pouco da história de *O Globo*, nosso objeto de análise, e o porquê da escolha deste veículo, que é considerado um dos principais da chamada grande mídia no país.

2.2 PRINCÍPIOS E PARTICULARIDADES DO JORNAL *O GLOBO*

A publicação aqui analisada será o jornal impresso *O Globo*, especialmente do ponto de vista do “Quarto Jornalismo” e após a chamada “Era Digital”. Para o aprofundamento do estudo, é necessário um vislumbre da história do jornal, assim como de seus princípios editoriais e práticas de redação. De acordo com o site “Memória Globo”¹, o periódico foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, tendo duas edições publicadas diariamente. Menos de um mês depois, o falecimento de Irineu levou o experiente Eurycles de Mattos a assumir o cargo de redator-chefe, e Roberto Marinho, seu secretário. Em 1931, o filho de Irineu se tornou presidente de *O Globo*.

Desde o lançamento, o jornal se identifica como essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços. A princípio, a publicação contava com apenas uma máquina rotativa, que havia pertencido ao exército britânico. A empresa passou a investir em inovações gráficas, trazendo, em 1959, a primeira radifoto em cores publicada na América Latina na capa do jornal.

Quase 50 anos depois de fundado, o jornal passou por uma modernização, tornando-se matutino. Essa mudança, aliada à compra de novos equipamentos e a diversas inovações tecnológicas, fizeram com que a tiragem de *O Globo* aumentasse de forma significativa. Na década de 1970, a publicação era uma das mais lidas no Brasil.

Reafirmando-se como pioneiro e inovador visual, o jornal também foi responsável pela publicação da primeira telefoto em cores transmitida no Brasil, em um jogo em Recife entre Flamengo e Santa Cruz. A telefoto integrou uma nova versão do “Globo Esportivo”, em cores, lançada em 1979.

Roberto Marinho se manteve à frente da empresa até o fim de sua vida, em 2003. Em 2012, o jornal passou por outra mudança importante: o redesenho gráfico de um projeto

¹ Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo>. Acesso em 5 de junho de 2017.

de 1995, que já havia modificado a publicação profundamente na época, além da impressão colorida de todas as suas páginas.

Em 2015, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), *O Globo* foi o segundo jornal de maior circulação, com tiragem média de 193.079 exemplares. Em uma pesquisa realizada também pela ANJ, em 2016, o jornal foi a principal publicação apontada pela população em questão de credibilidade de informações. Segundo a pesquisa “Meios de comunicação e confiabilidade da mídia”, fruto de uma parceria com empresas Ideia Inteligência e CDN Comunicação, *O Globo* foi citado por 24,7% dos entrevistados como o jornal impresso mais confiável do país. Ocorreu um empate técnico com a “Folha de S.Paulo”, apontada por 24,5% dos entrevistados. O “Valor Econômico” foi o terceiro colocado, com 16,3% dos votos, seguido pelo “O Estado de S. Paulo”, com 10,5%. Participaram do levantamento, entre os meses de fevereiro e março de 2016, 800 executivos e profissionais liberais com mais de 29 anos de idade em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

Percebe-se, dessa forma, um certo consenso ao afirmar que as informações contidas em *O Globo* são verdadeiras e confiáveis. Assim como diversas publicações, o jornal tinha como prioridade a busca pela verdade entre seus princípios editoriais. Entretanto, em meados de 2011, tais princípios sofreram algumas alterações.

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. É para contornar essa simplificação em torno da “verdade” que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. (...) Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar. (Princípios Editoriais do Grupo Globo, 2011, p. 3-4)

No trecho acima, é possível destacar que, reconhecendo a subjetividade do conceito de “verdade”, o jornal preferiu priorizar a informação e a disseminação do conhecimento, de uma forma claramente diferente dos veículos que fazem “propaganda”. Apesar dessa diferenciação, é interessante notar que a palavra “imparcialidade” não foi utilizada, possivelmente para resguardar o grupo empresarial em relação a outro conceito polêmico e evitar equívocos. Ainda de acordo com seus princípios, o *Grupo Globo* afirma que só é possível compreender totalmente o fato com o tempo e a pesquisa de historiadores.

Quando uma crise política eclode, por exemplo, o entendimento que se tem dela é superficial, mas ele vai se adensando ao longo do tempo, com fatos que vão sendo descobertos, investigações que vão sendo feitas, personagens que resolvem falar. A crise só será mais bem entendida, porém, e jamais totalmente, anos depois, quando trabalhada por historiadores, com o estudo de documentos inacessíveis no momento em que ela surgiu. Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões. (Princípios Editoriais do Grupo Globo, 2011, p. 4)

A empresa justifica a modificação sofrida em seus princípios editoriais descrevendo as particularidades da época em que vivemos atualmente. A “Era Digital” permite que a população acesse uma grande variedade de informações, e também que todos sejam capazes de produzi-las. Sendo assim, já não é tão simples caracterizar o jornalismo e o jornalista, ou qual dessas diversas fontes de informação é confiável e de qualidade.

A Era Digital é absolutamente bem-vinda, e, mais ainda, essa multidão de indivíduos (isolados ou mesmo em grupo) que utiliza a internet para se comunicar e se expressar livremente. Ao mesmo tempo, porém, ela obriga a que todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente. O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença. (Princípios Editoriais do Grupo Globo, 2011, p. 1)

A seguir, veremos os demais princípios e critérios que influenciam no dia a dia dos jornais e na publicação das matérias, para garantir uma análise aprofundada sobre o conteúdo publicado em *O Globo*.

2.3 OS VALORES-NOTÍCIA

Na hora de definir o que será noticiado ou não, o jornalista terá alguns critérios para fazer essa escolha. São os chamados critérios de noticiabilidade, ou seja, há fatos e

assuntos que serão mais valorizados, enquanto outros serão silenciados. Essa escolha é feita levando-se em consideração os valores-notícia. Esses valores são estudados por diversos autores, como Pierre Bordieu (1997), que os descreve como os “óculos” com os quais os jornalistas enxergam as notícias. Aqui, iremos utilizar a classificação de Nelson Traquina (2008). Entretanto, é importante destacar que essa série de critérios está passando por um constante processo de modificação, tendo em vista que outros autores não explorados neste trabalho apresentam diferentes conceitos e classificações para os valores-notícia.

Os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para a outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição de noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2008, p.92)

Os valores-notícia podem ser de seleção ou de construção, sendo que os de seleção são subdivididos entre critérios substantivos e critérios contextuais.

2.3.1 Valores-notícia de Seleção: critérios substantivos

No topo da hierarquia dos valores de seleção de critério substantivo, que determina o material de maior importância em um jornal, por exemplo, está a *morte*. Qualquer acidente ou crime envolvendo o falecimento de uma ou mais pessoas torna-se notícia instantaneamente. Onde há morte, há jornalistas (Traquina, 2008, p. 76).

Outro valor é a *notoriedade*: se uma pessoa conhecida ou famosa morre, por exemplo, o relato desse acontecimento é ainda mais urgente. Entretanto, qualquer acontecimento que disser respeito a alguma celebridade, por mais banal que seja, torna-se notícia. O nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade. O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante. (Traquina, 2008, p. 77).

Temos também a *proximidade*. Segundo Traquina, um acidente de ônibus com duas vítimas mortais em Cascais poderá ser notícia em um jornal de Lisboa, mais dificilmente no Porto, mas não em um país estrangeiro (2008, p. 77). Esse valor-notícia implica que o fato que ocorre nas proximidades geográficas ou culturais de um meio de comunicação e da população que o consome ganha prioridade.

O valor da *relevância* estabelece que merecer ser noticiados os acontecimentos que exerçam algum impacto, influência ou importância sobre a vida da população, ou do público-alvo daquele veículo de comunicação. Fatos dramáticos, como crimes violentos, guerras ou grandes desastres, podem se tornar relevantes para leitores de locais mais distantes do acontecimento. Essas reportagens podem despertar empatia nas pessoas, ou mesmo a sensação de terror com a possibilidade de que algo semelhante ocorra com elas. Esse valor-notícia pode ser compreendido no crime que será analisado à frente, tendo em vista que o estupro coletivo foi um fato que causou impacto à sociedade.

Em seguida, é apresentado o valor-notícia *novidade*. Esse fator pode fazer com que algo que ocorreu há mais tempo ganhe diversas suítes, ou seja, reportagens derivadas, que tragam novidades sobre a investigação de um crime, como veremos nos próximos capítulos, ou sobre o estado de saúde de uma vítima. Traquina acrescenta que acontecimentos que se dão pela primeira vez, ou mesmo pela última vez, se encaixam nesse valor.

O *tempo* pode nortear a importância de uma notícia de diferentes maneiras. A primeira delas está ligada à atualidade, tendo em vista que os jornalistas estão sempre atrás de notícias “frescas”, que aconteceram o mais recentemente possível. Também são relevantes os fatos que ocorreram há exatamente um ano ou mais, o que é muito comum ao se falar de mortes. Datas comemorativas diversas também ganham seu espaço no jornal, como o dia das mães e seus impactos no comércio ou no imaginário da população, ou até mesmo datas menos conhecidas, como o dia do médico ou o dia do abraço. Outra forma de interpretar o valor-notícia tempo é a possibilidade de extensão de um assunto por um período mais longo. Devido ao seu impacto na comunidade jornalística, um assunto ganha noticiabilidade e permanece como assunto com valor-notícia durante um tempo mais dilatado (Traquina, 2008, p. 79).

Logo após falar sobre o *tempo*, Traquina aborda o valor da *notabilidade*, que dá preferência ao que é tangível na hora de noticiar um fato. O valor-notícia da notabilidade alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos, e não problemáticas. O campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas (Traquina, 2008, p.80). O autor exemplifica que uma greve é algo noticiado facilmente por se tratar de um movimento concreto, enquanto que as condições dos trabalhadores dificilmente se tornam notícia.

Assim como vimos anteriormente com o *tempo*, a *notabilidade* também se dá de maneiras diferentes. A grande quantidade de pessoas envolvidas em um acontecimento dá,

automaticamente, importância à notícia, especialmente se houver pessoas célebres entre elas. A inversão, ou seja, o contrário do normal e do rotineiro, também faz parte da notabilidade.

O fator *insólito* traz um toque inusitado a acontecimentos do dia a dia, como passeios que terminam com cidadãos descobrindo um corpo. A falha consiste na notabilidade por insuficiência de algo ou alguém, muito comum em notícias de acidentes por falha nos aviões, carros ou mesmo por falha do condutor. Por fim, o excesso ou a escassez se tornam notícia porque despertam o interesse do leitor acerca da temperatura mais alta ou mais baixa do ano, a escassez de água ou remédios e o excesso de chuvas.

A seguir, o valor do *inesperado* é um acontecimento bombástico e de última hora, que substitui as notícias-prioridade e faz com que, nas redações, os jornalistas se mobilizem para cobrir aquele fato. Um exemplo de mega acontecimento foram os ataques a diferentes sítios, sobretudo ao World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001 (Traquina, 2008, p. 82).

O valor-notícia *conflito* prega que a violência, seja ela física ou simbólica, transforma o acontecimento em notícia.

A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal. (...) O uso de violência marca a distinção entre os que são fundamentalmente da sociedade e os que estão fora dela. (TRAQUINA, 2008, p. 82)

O próximo valor, diretamente ligado à violência, é a *infração*. Diariamente, o crime faz parte das pautas jornalísticas, tornando-se um fator comum e rotineiro. O diferencial se dá na ênfase às características dramáticas da infração. Durante a análise das matérias do jornal O Globo sobre o estupro coletivo da adolescente carioca em 2016, veremos se o crime em questão teve seus detalhes, de alguma forma, explorados e dramatizados.

Ainda segundo Traquina, dentro do tratamento jornalístico rotinizado do crime, certas circunstâncias e características mais dramáticas e sensacionais acabam se destacando e ganhando maior relevância como notícia.

O que confere especial atenção às ‘estórias’ de crimes é a mesma estrutura de ‘valores-notícia’ que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada. (TRAQUINA, 2008, p. 82)

Por fim, temos o *escândalo*, valor baseado em um acontecimento que remete ao jornalista como “guardião” das instituições, preservando sua integridade ou expondo seus

segredos. Traquina conclui (2008, p. 83) que o valor-notícia da infração está associado ao escândalo, que é um tipo de acontecimento é fulcral para a comunidade jornalística. Como exemplo, foi utilizado o caso Watergate.

2.3.2 Valores-notícia de Seleção: critérios contextuais

Os critérios contextuais dos valores-notícia de seleção se referem ao contexto no qual as notícias são produzidas, dentro das redações ou emissoras. O primeiro valor explorado é a *disponibilidade*, ou seja, a possibilidade de relatar um acontecimento, seja pela existência de um profissional ou uma equipe para apurar as informações, ou pelo equipamento disponível. Como os recursos são esgotáveis, é necessário que haja uma triagem das pautas mais importantes do dia.

O *equilíbrio* faz com que algumas matérias deixem de ser priorizadas nas publicações, porque outras notícias semelhantes já foram dadas em um período recente. É preciso balancear o jornal, para que não haja apenas matérias de polícia ou de cidadania, por exemplo.

A *visualidade*, no objeto jornal, que estamos estudando, é representada por fotos e gráficos, elementos visuais que podem vender a notícia e torná-la mais interessante. Uma determinada matéria da pauta pode ficar de fora do jornal, adiada para um outro dia, pela falta de imagens. Uma boa foto dá mais valor-notícia ao texto.

O fator *concorrência* influencia na escolha das notícias que irão integrar a edição do dia, pois uma das preocupações dos veículos de comunicação é o “furo”, ou seja, a produção de uma matéria importante, uma informação à qual o jornal concorrente não tem acesso. Segundo Traquina:

(...) Possuir um “furo” dá maior valor-notícia a esse assunto e, geralmente, as empresas jornalísticas fazem saber aos seus leitores ou ouvintes que a notícia é um “furo”. Mas os jornalistas e as empresas jornalísticas procuram evitar uma outra situação: não ter o que os outros têm, não permitir um “furo” para a concorrência. Assim, seguindo essa lógica, temos o fenômeno chamado *pack journalism*, isto é, a tendência para os membros da tribo jornalística de andar em grupos, numa matilha, seguindo-se uns aos outros. (TRAQUINA, 2008, p. 87)

Portanto, a imprensa decide a importância das notícias, muitas vezes, observando a concorrência. Se um jornal não possui uma matéria já publicada pelo concorrente, ele não deve demorar muito tempo para também apurar essa informação.

O *dia noticioso* é o último valor de seleção de critério contextual, e prevê a possibilidade de que matérias sem importância, sem valor-notícia, sejam publicadas, porque há dias em que não há grandes acontecimentos. Da mesma forma, como já comentado no valor disponibilidade, há ocasiões em que há uma grande quantidade de pautas importantes, sendo necessário reorganizar os jornalistas para apura-las devidamente.

2.3.3 Valores-notícia de Construção

Como estabeleceu Traquina, os valores-notícia de construção são os critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia. (2008, p.88). A *simplificação* da notícia, primeiro valor observado, prevê a facilidade de entendimento do assunto, ainda que seja necessário o uso de clichês, repetições e estereótipos para alcançar essa compreensão. Quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida (2008:88).

A *amplificação* é identificada quando as consequências dos acontecimentos são sentidas pela população da cidade ou até mesmo de todo o país, dando importância a uma notícia que, mesmo se estiver geograficamente distante de muitas regiões, seus impactos sejam sentidos e notados. Como exemplo, Traquina lembra da manchete “Brasil chora a morte de Senna”.

Em seguida, a *relevância* da notícia, ou seja, a maior probabilidade de ela ser notada e reconhecida, é tarefa do jornalista. Esse valor-notícia envolve fazer com que a população entenda que as repercussões de um acontecimento poderão alcançá-la. É papel da imprensa fazer com que a matéria produzida seja relevante para os leitores.

O valor *personalização* é compreendido como uma estratégia dos veículos de comunicação para interessar o consumidor por meio da aproximação com as pessoas entrevistadas. Se há algum problema com a distribuição de remédios em um posto de saúde, o impacto é maior se o jornalista explorar a personagem doente cuja saúde irá piorar sem os medicamentos. Se houve chuvas fortes durante o final de semana, a matéria produzida gera maior alcance se for compartilhada a história de famílias que ficaram desabrigadas.

A *dramatização* remete à sensacionalização do acontecimento cotidiano, com a ênfase no aspecto emocional da notícia, e um maior floreio ao narrar e descrever os fatos. A lógica da consonância consiste em inserir um novo acontecimento em um contexto antigo, já

conhecido e acompanhado pela população. O receptor deseja ter suas expectativas atendidas ao ter contato com a notícia e, por isso, é importante valorizar essa contextualização.

Além dos valores-notícia, a construção das matérias e reportagens jornalísticas terá como importante quesito as fontes a serem ouvidas. De acordo com a classificação desses entrevistados, veremos como eles serão importantes para dar credibilidade, estabelecer conexões importantes e até mesmo dramatizar os acontecimentos.

2.4 AS FONTES NO JORNALISMO

Atualmente, as fontes são fundamentais para garantir legitimidade às notícias. Espera-se, por exemplo, que uma matéria sobre um crime inclua um delegado ou policial militar, que seriam fontes consideradas oficializadas pela instituição jornalística. Apesar disso, elas não são as únicas a serem ouvidas nestes casos. Da mesma forma, uma boa matéria sobre a saúde pública traz a fala da população e do órgão de saúde responsável. Entretanto, nem sempre houve essa compreensão. Antes de discorrer sobre as fontes, é preciso ressaltar que entendemos que o direcionamento de qualquer reportagem será dado a partir da fonte através da qual se origina a matéria.

De acordo com Aldo Antonio Schmitz (2011), a figura do repórter se popularizou na década de 1870, limitando-se a narrar os fatos e a dar sua opinião, sem lugar para o depoimento de terceiros. O uso das fontes teve início um pouco depois, no final do século XIX, quando o campo jornalístico passa a articular com os campos políticos, econômicos e sociais, sujeitando-se às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais. (SCHMITZ, 2011, p. 8).

A maioria das informações jornalísticas advém de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia. O mundo moderno obriga o jornalista a produzir notícias que não presencia nem entende. Isso provocou a difusão da assessoria de imprensa, que articula as informações entre a fonte e o jornalista. (...) Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9)

Schmitz vai além e diz que as fontes não estão apenas envolvidas com as pautas dos jornalistas. Muitas vezes, elas procuram os repórteres para compartilhar informações que irão se transformar em importantes assuntos. Se, ao invés de serem pautadas, as fontes pautam, então se estabelece um poder que mede força com o “poder da imprensa”

(SCHMITZ, 2011, p. 8). As fontes possuem seus próprios interesses em disseminar sua versão da história para a sociedade, informando-a sobre suas atividades da forma mais conveniente possível. Dentre os itens fornecidos pelas fontes, os jornalistas selecionam os fatos que, de acordo com seus valores-notícia, serão do interesse dos leitores. As fontes, para ter êxito, devem conhecer os critérios de seleção e os contextos relativos à escolha do selecionador, tornando as mensagens suficientemente atrativas para serem escolhidas. (SCHMITZ, 2011, p. 8)

O autor ainda faz a classificação das fontes jornalísticas em diversos tipos. Aqui, iremos citar os critérios mais relevantes para nossa pesquisa: Categoria, Grupo e Crédito.

2.4.1 Categoria

Divididas de acordo com as categorias *primária* e *secundária*, as fontes se diferem porque nem sempre estão diretamente envolvidas com a notícia. As fontes *primárias*, segundo Schmitz, são responsáveis pelas principais informações da matéria, e estão sempre próximas dos fatos, revelando dados importantes.

As fontes *secundárias* analisam e opinam sobre o que é dito pelas primárias, podendo até contestá-las. Igualmente, é com quem o repórter repercute os desdobramentos de uma notícia (suíte), e é consultada no planejamento de uma pauta (SCHMITZ, 2011, p. 24). Para exemplificar, entendemos que, no caso de um crime, uma fonte primária poderia ser a própria vítima ou o boletim de ocorrência, enquanto a secundária seria o delegado que irá dar informações a respeito das investigações do caso.

2.4.2 Grupo

As fontes defendem os interesses dos grupos aos quais elas pertencem. Por isso, elas são escolhidas de acordo com as entidades que representam. As fontes *oficiais*, por exemplo, são utilizadas com muita frequência por apresentarem grande credibilidade, segundo Schmitz. Elas ocupam um cargo público ou são porta-vozes de órgãos importantes, como governos municipais, estaduais e federais, ou prestadores de serviços, como hospitais, unidades policiais e corpo de bombeiros. É comum também que os jornalistas comparem as informações desses entrevistados com dados obtidos com a população que utiliza esses serviços, pois, por preservar os interesses de sua organização, a fonte oficial pode distorcer os fatos.

A fonte *empresarial* pode representar uma corporação, indústria, comércio ou negócio, e, normalmente, divulga informações com fins institucionais, valorizando sua relação com a mídia para manter uma boa reputação. São igualmente acusadas do poder que exercem como anunciantes, confundindo-se suas notícias com publicidade. Mas para o jornalismo, isso pouco importa, desde que a informação reúna os elementos da noticiabilidade. (SCHMITZ, 2011, p. 25)

Há também os entrevistados que, munidos de fé na mudança e na solidariedade, representam causas sociais ou organizações sem fins lucrativos. Tratam-se das fontes *institucionais*. Suas crenças podem fazer com que as informações fornecidas sejam questionadas, apesar de, normalmente, esse tipo de fonte não ter interesses próprios na divulgação das notícias. Normalmente, busca a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros. (SCHMITZ, 2011, p. 25)

A fonte *popular* é um dos entrevistados que as pessoas mais desejam ler, por causar maior identificação. Normalmente, trata-se de um morador que testemunhou algum acidente em seu bairro ou que denuncia alguma falha nas prestações de serviço público. Também pode ser uma vítima, o que traz um apelo ainda maior para a matéria. Seu interesse se resume a conseguir visibilidade para o problema que essa fonte enfrenta.

Notável é o entrevistado que tem importância por si só, por ser uma figura pública ou famosa. Esse grupo inclui artistas, atletas e até mesmo políticos, pessoas que, durante a entrevista, falarão de si e do seu trabalho.

As fontes *testemunhais* são procuradas por estarem próximas de um certo fato ou acontecimento, observando ou participando do mesmo, para que possam relatar o ocorrido. Por também serem independentes, sem defender os interesses de um grupo específico, são fontes que possuem credibilidade.

Especializado é o entrevistado que detém um conhecimento específico, sendo perito em alguma área. Esse saber intelectual também pode pertencer a um grupo ou organização. Um exemplo típico de fonte especializada são os economistas, que fazem análises e previsões baseadas em acontecimentos que influenciam o quadro econômico do país e do mundo.

O jornalista pode não saber, mas conhece quem sabe e recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema. Busca informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico. (SCHMITZ, 2011, p. 27)

As fontes de *referência* consistem em qualquer item consultado pelo jornalista, como livros, sites e documentos. Esse recurso é utilizado para embasar uma matéria com informações, dados oficiais e opiniões de especialistas. Deve-se ter atenção extra aos dossiês, que devem ser sempre confiáveis e de origem identificada. As mídias também são possíveis objetos de consulta, apesar de conterem possíveis distorções da realidade.

2.4.3 Crédito

O crédito é extremamente importante no jornalismo, para que os receptores da informação saibam, sempre que possível, quem é a fonte entrevistada, e qual a sua importância para a matéria.

Caso a fonte não seja claramente situada, identificada e confirmada, o jornalista abstém-se da informação ou negocia o sigilo. Ela pode falar ou fornecer informação em *on* (*on the record*), revelando a sua identidade, ou no anonimato, em *off* (*off the record*), de forma confidencial ou extraoficial, com a intenção clara de não divulgar ou, se for, sem a indicação de quem fez a declaração (*on background*) nem a função que exerce (*on deep background*) (SCHMITZ, 2011, p. 29).

Quando é devidamente *identificada (on)*, com nome, profissão, cargo, relevância e status, a fonte recebe o devido crédito, como alguém que cedeu suas informações para a mídia, além de orientar melhor o público consumidor da notícia. Ao prestar uma informação em *on*, o jornalista presume que a fonte deseja ser identificada, embora, às vezes, a identificação seja feita de maneira vaga ou indireta, geralmente por incompetência do repórter (SCHMITZ, 2011, p. 29).

Se a fonte assim desejar, ela pode fazer um acordo com o jornalista, para que seu nome não seja citado na entrevista. O entrevistado pode ser *anônimo (off)* por diversas razões, mas as mais comuns são quando as vítimas de violência não desejam se expor, ou quando as pessoas desejam fazer denúncias ou reclamações contra a empresa para a qual trabalham ou estão vinculadas. Como a própria fonte decide o que será ou não divulgado, ela pode omitir o nome, mas autorizar que a matéria informe sua idade ou profissão, por exemplo, como também pode pedir que não seja publicada nenhuma informação a seu respeito.

Vimos aqui que algumas fontes, especialmente as secundárias, testemunhais e populares, podendo ser anônimas ou não, têm um maior apelo para o jornalismo sensacional. Vítimas, testemunhas ou pessoas que denunciam crimes, observam acontecimentos chocantes ou inesperados, despertam a curiosidade dos receptores da notícia. Entrevistados populares,

cuja realidade é próxima da dos leitores, também colaboram com a espetacularização das matérias.

No próximo item, iremos analisar outros fatores que colaboram para o sensacionalismo nos veículos de comunicação, desde suas origens até os dias de hoje.

2.5 O “sensacional” e a “espetacularização” no jornalismo

Como visto anteriormente durante a caracterização das fases do jornalismo, o fenômeno da sensacionalização começou a ser percebido durante o século XIX, como consequência do “Segundo Jornalismo”. Como exemplo dessa tendência, Marcondes Filho cita Feyel (1993:967), que identifica o francês *Petit Journal* (1863) como um dos precursores da imprensa sensacional. Com notícias secundárias, romanceadas e novelescas, a publicação alcançou tiragem de 150 mil exemplares em 1864, tendo seu ápice em 1869, com mais de 400 mil exemplares.

A transformação da notícia em mercadoria faz com que as publicações invistam cada vez mais em sua aparência, com o destaque maior de manchetes dramáticas que chamam a atenção do consumidor. Os jornais também se preocupam mais com a capa e adquirem o valor-notícia da visualidade, dando preferência a assuntos não tão relevantes desde que eles tenham boas imagens. Os repórteres e redatores também perdem sua autonomia sobre as matérias, para que os editores possam modificá-las, assim como sua distribuição no jornal como um todo.

Esse viés sensacionalista chegou ao Brasil no final do século XIX, quando a imprensa de grande tiragem passou a incluir nas suas páginas os chamados crimes de sensação ou as “notas sensacionais”, como estuda Leticia Matheus (2011).

Esse movimento faz com que nos anos 1920 apareçam, na cidade do Rio de Janeiro, jornais inteiramente destinados a um tipo de conteúdo voltado aos valores do grotesco, do inusitado, do desvio, da quebra de padrões de uma dada normalidade, como *Manhã* e *Crítica*, fundados em 1925 e 1928, respectivamente, ambos por Mário Rodrigues. (MATHEUS, 2011, p.31).

A autora explica que, utilizando-se das tragédias que acontecem no dia a dia, como crimes e acidentes, a imprensa sensacional produz matérias que irão despertar empatia e identificação em seus leitores. Matheus caracteriza o “sensacionalismo” como o jornalismo que expõe a violência de maneira exagerada, baseando-se especialmente no uso de informações de fonte policial para narrar os acontecimentos em uma linguagem mais popular. De fato, gírias às vezes são utilizadas nesse tipo de notícia, assim como expressões de fácil

entendimento, regionalismos e palavras de baixo calão. Esse fenômeno consiste em algo maior do que simplesmente relatar os fatos; trata-se de romantizá-los, desenvolvendo seu contexto para que a história contada possa emocionar, enraivecer ou entristecer o leitor.

O jornalista narra não apenas “o que se passou efetivamente” ou explica de que forma tomara conhecimento daqueles fatos, como também transporta para o relato algo que é de certa forma previamente conhecido pelo público, ou, pelo menos, reconhecível. A bondade ou a inocência da vítima, por exemplo, podem vir destacadas no texto ao relembrar sua vida. Esses aspectos são comumente construídos em oposição à maldade, à frieza, à crueldade do assassino. A composição textual se apoia em valores antagônicos e deixa um ensinamento moral insinuado. (MATHEUS, 2011, p.33).

Características sensacionais podem ser encontradas em todos os tipos de veículo de comunicação e não apenas naqueles chamados de “populares”. Matheus, durante seu estudo, analisou a forma com que o jornal *O Globo* fez uso do medo ao publicar matérias sobre crimes violentos envolvendo duas jovens. Em meio à argumentação, a hipótese de que o periódico, por ser referência de seriedade jornalística, não apresentaria aspectos sensacionalistas caiu por terra rapidamente. Manter a fronteira entre o que é popular e o que é de elite, segundo a autora, representa um entendimento preconceituoso e superficial sobre essa questão.

(...) O Globo é, em parte, popular, sensacionalista e melodramático. Em primeiro lugar porque o popular não é exclusividade das classes subalternas. Depois, porque não se deve subestimar a capacidade de as pessoas transitarem por diferentes sistemas simbólicos. A designação “popular” deve ser entendida como uma operação política de atribuição de valor e de distinção social num perpétuo processo comunicacional no qual os bens simbólicos são disputados dinamicamente. (...) Frequentemente, monta-se um quadro em que o sensacionalismo se opõe ao jornalismo informativo e que ele atrapalharia um suposto acesso racional à esfera pública, ignorando-se que as sensações também pautam as interpretações da realidade (MATHEUS, 2011, p.36-37).

Podemos compreender, então, que o fato de as diferentes classes sociais possuírem particularidades não impede que elas também tenham hábitos em comum. Sejam eles direcionados ou não para o público de massa, os jornais têm como um de seus objetivos principais a venda de exemplares. Para que isso aconteça, é necessário chamar a atenção, destacar-se e se relacionar com os consumidores que, ricos ou pobres, guiam-se pelas sensações. O público bem informado e instruído também opera leituras populares da realidade. Inclusive melodramáticas (MATHEUS, 2011, p.9).

Leonel Aguiar, em uma de suas publicações (2008), também aborda o fenômeno do sensacionalismo, citando o valor-notícia “relevância” para justificar a importância das matérias sensacionais nos dias de hoje.

As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do “interesse humano”, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. É esse critério de relevância – notícia interessante com potencialidade de entretenimento – que se coloca em contradição com o critério da importância própria dos acontecimentos. A questão pode ser resolvida com a associação desses dois valores-notícia: para informar o público é necessário produzir um jornal que desperte seu interesse, não havendo utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado, se os leitores não se sentem atraídos. (AGUIAR, 2008, p.23)

O pesquisador cita ainda os jornais *Extra* e *O Dia* como exemplos de enfoque no entretenimento do leitor e defende que essa é uma forma válida de informação, apesar de tais publicações serem consideradas populares e de baixo nível cultural.

Com base nos conceitos explorados, iremos verificar, posteriormente, se o crime noticiado despertou nos leitores algum tipo de sensação. Além disso, iremos promover um estudo interpretativo com o fim de identificar as estratégias utilizadas pelo jornal *O Globo* para tornar as matérias sobre esse assunto relevantes e interessantes para a população.

No próximo capítulo, falaremos sobre os princípios e padrões seguidos pelos jornais ao noticiar os crimes, relacionando-os à tragédia analisada nesta pesquisa, com o intuito de verificar se o acontecimento ocasionou algum tipo de mudança ou conscientização no protocolo jornalístico.

3 O CRIME NO JORNAL

Como vimos anteriormente, ao discutir sobre os valores-notícia, é fato que o crime, principalmente os casos envolvendo violência e locais públicos, é um acontecimento com potencial para se tornar matéria nos jornais. Em geral, tem apelo popular e desperta diversas sensações nos leitores, seja medo, insegurança, pena, entre outros. Apesar desta constatação, as formas de divulgação destas notícias já foram chamadas de mais apelativas, sendo embaladas de maneiras até mesmo grotescas em alguns periódicos, como contam Ramos e Paiva (2007).

Em geral, os assuntos envolvendo a criminalidade sempre estiveram nos jornais, mas a forma de narrar estes fatos vem mudando ao longo dos tempos. Ramos e Paiva acreditam que, atualmente, as tendências para a cobertura de violência e criminalidade na mídia estão se modificando. De acordo com elas, a maioria dos jornais e emissoras de televisão dispensou ou diminuiu o uso de termos e recursos apelativos e sensacionalistas, fotos explícitas e linguagem depreciativa contra os criminosos. Foi utilizado o exemplo do jornal paulista *Notícias Populares*, de São Paulo, fechado em 2001, e a repaginação do periódico *O Povo*, do Rio de Janeiro, em 2006. Esse último passou a ter mais sobriedade em suas notícias e acabou com sua antiga marca registrada: as fotos de cadáveres.

Seja por conta do desinteresse dos anunciantes, seja pelo fastio do público, estão cada vez mais reduzidos os espaços para a apelação e as bravatas do tipo “bandido bom é bandido morto”. Tudo indica que a máxima “violência vende”, tantas vezes usada para justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico, já não dá conta da realidade da cobertura de violência e criminalidade. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.17)

A publicação ressalta também o surgimento das pautas sobre segurança pública nos jornais, em meados da década de 1990, ou seja, em muitos periódicos, a editoria deixa de ser chamada de “Polícia” e se enquadra em “Cidade”, tendo um viés que vai ou deveria ir além da visão apenas da corporação policial.

Para ressaltar a relevância que os temas ligados às ações policiais e à criminalidade vêm ganhando nas últimas décadas, vale dizer que, na maioria dos jornais, a editoria de Polícia, que existia de forma independente, foi dissolvida e incorporada às editorias de Cidade ou Geral, como, aliás, sempre deveria ter sido, já que a questão de segurança faz parte da cidade e não é um tema isolado, merecendo ser tratado com a devida importância e não como um fator à parte em relação às outras questões sociais. (TRISTÃO, Marise Baesso, 2012, p. 33)

Nessa época, o número de homicídios no país começou a aumentar de forma significativa, assim como o número de vítimas pertencentes a classes sociais mais altas. Tais fatores, além da chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança, fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. Hoje, a mídia é reconhecida como fundamental na implantação e no sucesso de políticas públicas. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.17). Dessa forma, reafirma-se como importante agente de influência para a população e até mesmo para as autoridades.

Apesar do maior cuidado com as imagens e informações publicadas, ainda persistem problemas na chamada cobertura de segurança pública, entre elas a falta de entrevistados para as matérias e a excessiva dependência das polícias. Os boletins de ocorrência da Polícia Militar continuam sendo as principais fontes de informação utilizadas.

A consequência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Apesar das frequentes reclamações das autoridades do setor sobre críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões apreensões, apresentações de criminosos, etc. A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização da atuação das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por elas. E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.38)

Sem contar que são as próprias polícias que fazem a triagem daquilo que é considerado “destaque” no cotidiano das cidades, já que os repórteres não têm acesso a todas as ocorrências. Muitas vezes, só terão ciência de um fato após denúncias da própria população.

As autoras Ramos e Paiva trazem ainda para a discussão uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESec/UCAM), que concluiu que, no Brasil, mais de 40% das fontes em matérias sobre crimes são policiais, tanto os entrevistados como as informações dos boletins de ocorrência. A segunda voz mais ouvida é a da vítima, seguida pelo poder Executivo (Federal, Estadual ou Municipal), opiniões de especialistas e, por último, representantes do Ministério Público. Segundo os jornalistas entrevistados por Ramos e Paiva, a pouca diversidade de fontes se deve à dificuldade de acesso a informações que sejam confiáveis, de qualidade e, ao mesmo tempo, sem vínculo com o sistema de segurança.

As associações de favelas são um canal importante para o jornalista, já que exercem o papel de mediadores em comunidades em que há grupos armados. (...) Os

especialistas em segurança pública (...) são em pequeno número e repetem suas análises, trazendo poucas contribuições novas ao debate. (...) A ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais da Polícia Militar (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 38-39).

A cobertura dos crimes feita pela mídia nos interessa por conta da maneira como iremos observar o caso do estupro coletivo, que será posteriormente analisado de acordo com a natureza e o apelo das fontes ouvidas pela mídia. De antemão, ressaltamos que também nesse caso a polícia teve um grande peso como fornecedora de informações, apesar de um inusitado do fato que foi a divulgação das imagens da violência em redes sociais, o que foi definitivo para a divulgação amplificada do caso.

A princípio, o foco foi o boletim de ocorrência feito pela Polícia Militar. Durante as investigações do crime, a fonte oficial passa a ser a Polícia Civil, representada pelo delegado responsável pelo caso. Em algumas ocasiões, especialmente em crimes mais dramáticos, cujas notícias se estendem por semanas, ouve-se a vítima, seus familiares, os autores e até mesmo especialistas, como médicos e psicólogos. Tudo para constatar a veracidade dos acontecimentos e tentar revelar, por exemplo, quem são os personagens envolvidos, o que teria motivado tal crime, entre outras questões que, muitas vezes, transformam os casos em verdadeiras narrativas com heróis e vilões.

Nestas reportagens (policiais), apesar de os personagens serem reais, a estrutura narrativa lembra a de romances. Elas se baseiam na polarização de personagens entre o bem e o mal e ainda na esquematização de arquétipos sociais, como ressalta Letícia Matheus (2011). Alguns temas, que reforçam o medo e o espetáculo, por exemplo, são priorizados, assim como a existência de alguns estereótipos. (TRISTÃO, Marise Baesso. 2012 p.33)

A partir das mudanças nos textos estudadas por Ramos e Paiva, é preciso ressaltar ainda que muitos veículos de comunicação passaram a ter um pouco mais de cuidado na divulgação de nomes de suspeitos, evitando colocá-los. No entanto, este não será o caso na reportagem que analisaremos, conforme veremos à frente. Outra observação em relação aos textos que retratam ocorrências de crimes é a respeito do uso dos verbos na condicional: ele ‘teria’ assaltado, ‘teria’ agredido... No entanto, há críticas em relação a esta forma de escrita, já que denotaria uma falha na apuração dos casos. Além disso, não muda o que está sendo dito, trazendo apenas uma “não certeza” para o texto.

Ainda que a imprensa tenha seguido as mesmas regras para tratar da ocorrência de estupro que analisaremos, defendemos que esta ocorrência em análise neste trabalho pode ser vista como um divisor de águas em relação à maneira de se noticiar crimes semelhantes, principalmente pelo ineditismo de criar o termo “estupro coletivo”, que não era comum até então nos veículos de comunicação. Porém, antes de citarmos alguns novos termos que se popularizaram após essa cobertura, iremos falar sobre como se deu esse crime e como ocorreu a sua repercussão na imprensa.

3.1 O ESTUPRO COLETIVO

Em dia 20 de maio de 2016, sexta-feira, uma adolescente de 16 anos foi a um baile funk na comunidade Morro do Barão, na cidade do Rio de Janeiro. Ela voltou para casa no domingo, 22, confusa e sem falar com a família sobre o que havia acontecido nesse final de semana. A garota foi filmada, nua e desacordada, em um quarto, e o vídeo foi compartilhado por um dos suspeitos em uma rede social. Entre os dias 24 e 25 de maio, uma foto da adolescente desmaiada foi compartilhada no Twitter, com a legenda “Amassaram a mina, entendeu ou não entendeu? Kkk”, sugerindo que teria ocorrido o estupro. Essa postagem teve um grande alcance e gerou diversas denúncias, além de despertar a atenção da mídia para o caso. De acordo com as informações da Polícia Militar, que registrou a ocorrência após toda essa repercussão, a vítima havia sido drogada e estuprada por 33 homens, incluindo seu namorado, na Zona Oeste do Rio.

Diversos fatores foram colocados para culpar a vítima pelo abuso sofrido, ainda que não estivessem diretamente direcionados ao crime, como o fato de ela ter ido até o baile funk, ter histórico de uso de drogas e ter sido mãe na adolescência. A princípio, o caso estava sendo apurado pela Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), comandada pelo delegado Alessandro Thiers. Entretanto, foi aberto um inquérito contra Thiers, sob a suspeita de que ele havia submetido a adolescente a vexames e constrangimentos durante seu depoimento. O próprio delegado afirmou que questionou a garota sobre o uso de drogas e disse não ter sido um constrangimento, mas uma indagação necessária para o decorrer das investigações.

Ele foi afastado do caso, dando lugar à delegada Cristina Bento, da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV). Nota-se aqui algumas consequências claras do compartilhamento de imagens do crime nas redes sociais: o grande número de denúncias e julgamentos, o primeiro direcionamento das investigações para a DRCI e a atenção e

denúncia à conduta do delegado, que, pressionado, pediu para ser dispensado. Os olhos das autoridades e da população em geral estavam acompanhando os desdobramentos do caso, graças às redes sociais e à mídia.

Como esses acontecimentos são muito recentes, ainda não há um grande número de estudos a respeito, mas é importante lembrar que o fato de haver filmagens e de o crime ter ocorrido em um grande centro, como o Rio de Janeiro, foram essenciais para a repercussão do caso.

Acontecimentos ocorridos em grandes centros e em locais onde a imprensa se estabelece têm coberturas e narrativas mais destacadas na mídia, enquanto fatos que ocorrem em espaços distantes é como se não tivessem ocorrido, passando ao largo dos veículos de comunicação, ou então, recebem coberturas restritas, realizadas mais na dependência de declaratórios de fontes, em geral feitos por telefone, do que na apuração propriamente dita (...). No Brasil, a concentração de esforços e de recursos da mídia se dá, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. (TRISTÃO, Marise Baesso, 2012, p. 38)

No caso das filmagens, é importante ressaltar como elas têm afetado a cobertura tradicional da mídia. Portanto, além dos boletins de ocorrência, aqui esta fonte “imagem nas redes sociais” passa a ser definitiva para que o assunto ganhe repercussão nos veículos chamados de tradicionais, como o jornal, o rádio e a televisão.

Assim também, casos que ocorrem nestes dois grandes centros passam a ser também observados por todo o país e podem ser transformados em pautas. Desta maneira, acreditamos que jornais de todo o país passaram a olhar se crimes de estupro coletivo também estariam ocorrendo em suas cidades.

Mesmo sendo um caso recente, foi possível observar que, com as reportagens sobre o assunto, vieram à tona alguns termos e nomenclaturas, que, se não são novos, eram pouco utilizados por conta da baixa visibilidade característica da violência contra a mulher. Popularizaram-se as expressões “estupro coletivo” e “cultura do estupro” e, em matérias sobre esse tipo de crime, uma parcela maior da população também passou a conhecer o termo “feminicídio”, que consiste no assassinato de vítimas pelo motivo de elas serem mulheres.

Para trazer o embasamento necessário para a análise das matérias do jornal *O Globo* e promover um maior entendimento sobre as práticas criminosas do abuso sofrido pela adolescente, iremos, no próximo item, realizar uma breve análise das leis brasileiras que contemplam as ocorrências de estupro e violência sexual, desde seus primeiros registros até os dias de hoje.

3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL E LEGISLAÇÃO

Antes de dissecar as reportagens que trataram do crime em questão, é preciso contextualizar a compreensão do que é crime de violência sexual no Brasil, conceito que sofreu algumas modificações com o passar dos anos. De acordo com Sérgio Junior e Aline Camargo (2016), a primeira lei sobre o estupro foi criada no país em 1940. A lei 2.848 em seu artigo 213 dispunha sobre crimes contra a liberdade sexual: Art. 213: Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena: – reclusão de seis a dez anos. (redação dada pela lei 8.072 de 1990). Parágrafo único: (revogado pela lei 9.281 de 1996). (BRASIL, 1940).

Com base no texto, é possível notar que o não consentimento já era essencial para caracterizar o estupro, que era tido apenas em caso de conjunção carnal, ou seja, com a penetração do pênis na vagina. A lei de 1940 também previa que apenas as mulheres eram vítimas desse tipo de crime. Abusos contra homens, assim como outras práticas sexuais forçadas que não envolvem conjunção carnal, eram, na época, classificadas como atentado violento ao pudor no art. 214 do Código Penal.

Apenas em 2004 foi criado um projeto de lei em adaptação à legislação de 1940, publicado apenas em 2009 como lei nº 12.015, “Dos crimes contra a dignidade sexual”. A nova lei revogou o art. 214 e alterou o art. 213 do Código Penal. Agora, além de ser praticado e sofrido por homens e mulheres, também é chamado de estupro qualquer ato libidinoso, mesmo sem conjunção carnal. O art. 213, como é atualmente, é o seguinte:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. § 2º Se da conduta resulta morte: Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.” (BRASIL, 1940).

Hoje em dia, a principal lei que busca proteger as mulheres contra violências físicas, psicológicas e sexuais é a Lei Maria da Penha, que, pela primeira vez, compreende que a violência contra as mulheres também é uma violação dos direitos humanos. De acordo com o estudo “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes da promulgação da lei, em 2006, essa violência era considerada um problema da esfera privada.

A Lei Maria da Penha definiu violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer “ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. (O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha, 2013, p.20). É importante pontuar que todos esses tipos de agressões acontecem, principalmente, nas relações domésticas, familiares e afetivas e não se restringem a classe social, idade, região, estado civil, escolaridade e orientação sexual.

Sendo assim, a Lei é essencial para a preservação da integridade física, moral e patrimonial da mulher, com a necessidade de interferir, sim, em suas relações privadas. A legislação também permitiu que fossem criados Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de proibir penas pecuniárias aos agressores, ou seja, o pagamento de fiança. Aos agressores também foi proibida a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência.

A LMP modificou o tratamento do Estado em relação aos casos envolvendo violência doméstica, basicamente, por meio de três canais, pois: i) aumentou o custo da pena para o agressor; ii) aumentou o empoderamento e as condições de segurança para que a vítima pudesse denunciar; e iii) aperfeiçoou os mecanismos jurisdicionais, possibilitando que o sistema de justiça criminal atendesse de forma mais efetiva os casos envolvendo violência doméstica. Esses três elementos, por sua vez, afetaram o comportamento de agressores e vítimas. Enquanto, potencialmente, as vítimas passaram a encontrar um ambiente de maior segurança, que lhes possibilitava denunciar a agressão sem receio de vingança, em face das medidas protetivas emergenciais, o sistema de justiça, a princípio, teria melhores condições para fazer aumentar a taxa de condenações para dado número de denúncias, uma vez que polícia, Ministério Público, Defensoria e Juizados Especiais se integraram com o enfoque de providenciar respostas mais efetivas ao problema da violência doméstica. Os dois últimos elementos conjuntamente contribuem para aumentar a probabilidade de condenação. Ou seja, em tese, é razoável supor que a LMP contribuiu para fazer aumentar o custo esperado da punição, que se dá pelo aumento do custo da condenação, bem como do aumento da probabilidade de condenação. Por sua vez, o aumento desse custo esperado possui uma relação inversa com a probabilidade de um indivíduo agressivo perpetrar o crime. (Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha, 2015, p.10).

Como podemos ver, as consequências dessa nova legislação deram luz às estatísticas de violência doméstica, já que muitas vítimas ganharam mais segurança da legislação para realizar as denúncias sem medo de serem punidas, porque a Lei Maria da Penha prevê a prisão preventiva do agressor, além de criar outras medidas protetivas. E essa lei será uma das principais influenciadoras da imprensa na divulgação das questões de violência de gênero.

3.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Trataremos aqui também, brevemente, do Estatuto da Criança e do Adolescente, visto que a vítima do estupro coletivo em questão é uma jovem de 16 anos. O estatuto serviu para trazer um novo olhar sobre a cidadania e atenção para uma faixa etária da população e criar algumas normas com direitos e deveres de crianças e adolescentes, considerando crianças aquelas pessoas que têm de 0 a 11 anos e adolescentes aquelas na faixa entre 12 e 17 anos de idade. Portanto, este público, de acordo com esta legislação, deve ser tratado de forma diferenciada em caso de ser vítima ou praticante de algum ato infracional. O Estatuto foi criado no ano de 1990.

Ramos e Paiva (2007) afirmam que os maiores jornais do país, como *O Globo e Folha de S. Paulo*, expressam seu compromisso com o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ambos proibem a identificação da criança ou do adolescente a que se atribuem infrações, seja através do nome ou de fotos. O mesmo cuidado também faz com que recomendem que dados sobre pais, familiares e locais de estudo não sejam revelados. Para estarem de acordo com o estatuto, portanto, os jornais também não devem citar os apelidos dos jovens – geralmente muito mais conhecidos do que seus nomes – e nem colocar suas iniciais (RAMOS e PAIVA, 2007, p.69).

No entanto, o estatuto condena, por exemplo, o uso da palavra “menor” como abreviação de “menor de idade” por possuir carga discriminatória negativa, adotando como termos corretos “criança” e “adolescente”, além de outras variações como jovem, menino e menina. Porém, nem sempre essa recomendação é seguida pelos veículos de comunicação.

A Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi) também sugere regras para o uso de imagens de crianças e adolescentes, adaptadas de orientações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Federação Internacional dos Jornalistas.

Em entrevistas ou matérias sobre crianças, devem ser levados em consideração seu direito à privacidade, ao sigilo, à participação em decisões que a afetam e à proteção de injúria e represália; Não devem ser publicadas imagens ou relatos que possam colocar a criança, irmãos ou pessoas próximas em situação de risco (mesmo quando as identidades são trocadas ou omitidas); Da mesma forma, a imagem não pode ofender a criança ou coloca-la em situação de humilhação ou que reavive experiências traumáticas; Certifique-se de que o responsável pela criança esteja ciente de que a imagem da criança será usada e qual a finalidade do seu uso; Preste atenção a como e onde a criança/ o adolescente é fotografado. Assegure-se de que ela/ ele está confortável e em segurança; Em alguns casos, a identificação da criança é de seu interesse, como: quando ela entra em contato com o repórter para exercer o

seu direito de ter a sua opinião ouvida, ou quando é protagonista de programas de ativismo ou de mobilização social e deseja identificar-se. Neste caso, a menção de seu nome é parte de seu desenvolvimento (RAMOS e PAIVA, 2007, p.69)

Esta agência faz levantamentos frequentes da forma como os jornais tratam as questões envolvendo a infância e também tem um guia de monitoramento de violações dos direitos deste público na mídia brasileira.² De acordo com informações divulgadas no site da própria Andi, o guia foi criado em decorrência de demanda da própria sociedade, diante da quantidade de “narrativas midiáticas que violam direitos elementares, previstos em lei”. Ainda segundo a página na internet, a tendência pode ser vista em vários veículos, diluindo, assim, “as fronteiras entre jornalismo, entretenimento e propaganda, afetando a credibilidade da imprensa e colocando em xeque as regras da democracia.”.

Sendo assim, nem sempre o que está na lei é seguido pelos veículos de comunicação, mesmo que haja orientações neste sentido em seus manuais, conforme veremos a seguir.

3.4 OS MANUAIS DE REDAÇÃO E O TRATAMENTO DAS NOTÍCIAS CRIMINAIS

Além do viés legal do estupro e da violência sexual, que em geral norteiam as palavras utilizadas pela mídia, os manuais de redação irão estabelecer algumas regras e, dessa forma, permitir que os veículos de comunicação tentem não constranger a vítima ou faltem com o respeito nas notícias. Essas regras nem sempre são seguidas e, dependendo do caso, vítima e suspeitos, por exemplo, serão expostos de forma duvidosa em relação ao que ensinam os manuais e as regras da ética do jornalismo.

Partimos do princípio de que esse estupro chamado midiaticamente de coletivo foi momentaneamente importante para chamar atenção para a violência contra a mulher e suscitou, na sociedade, vários debates que foram importantes e permitiram que as matérias não ficassem restritas ao crime em si. É necessário lembrar que o jornalismo também reflete a sociedade e que a mudança de olhar sobre a violência sexual está muito ligada à pressão e conscientização dos movimentos sociais e feministas, ainda que eles não estejam explicitamente presentes no periódico analisado.

Com isso, acreditamos que o maior cuidado com as informações publicadas, se é que de fato aconteceu, é justificável pela grande visibilidade dada ao caso e pela

² <http://www.andi.org.br/node/61646>

“fiscalização” de certa camada da população, que chamaremos de militante para as questões de gênero. Ressaltamos, mais uma vez, que o manual refletirá a sociedade, assim como o próprio veículo de comunicação e o público ao qual se destina.

A seguir, iremos observar o que diz o Manual de *O Globo* em relação aos princípios a serem seguidos nos casos relacionados aos crimes de maneira geral.

3.4.1 Manual de Redação de *O Globo*

O manual de Princípios Editoriais do Grupo Globo prevê uma série de regras para evitar, principalmente, equívocos e erros de apuração dos fatos. Entre os atributos necessários para a geração de informação de qualidade, o documento entende que a isenção é imprescindível. Ainda que, segundo o manual, seja impossível se despir totalmente do subjetivismo, é possível atingir um grau bastante elevado de isenção. Isso pode acontecer com o devido esforço por parte dos veículos de comunicação e de seus jornalistas. Para que o máximo possível de isenção seja alcançado, o Grupo Globo estabelece alguns princípios que devem ser seguidos. Aqui, iremos enumerar alguns deles, relativos a infrações, crimes, denúncias e suspeitos.

Segundo o manual, uma pessoa só poderá ser apresentada como suspeita de um crime após a realização das devidas investigações jornalísticas. Além disso, sempre que a pessoa acusada se dispuser a falar, é necessário incluir sua versão na notícia. O guia também aponta que denúncias feitas anonimamente não podem se transformar em notícias sem que haja uma apuração; primeiro, essa denúncia se torna pauta e será publicada somente se as investigações confirmarem o fato.

Quando os acusadores se identificam e são pessoas consideradas “de credibilidade” por conta de seu histórico ou seu cargo, as denúncias poderão ser publicadas antes que haja a investigação, mas sem deixar de incluir a versão daquele que estiver sendo acusado, se essa pessoa estiver disposta a dar entrevista. Se, por algum motivo, a fonte que estiver denunciando não for confiável para aquela instituição jornalística, é necessário que haja todo o processo de apuração antes da investigação, como se o jornalista estivesse lidando com um entrevistado anônimo.

Uma reportagem pode legitimamente apresentar uma pessoa como suspeita de crime ou irregularidade quando a suspeição partir oficialmente de alguma autoridade pública e estiver registrada em documento ou entrevista. O anúncio oficial de que alguém é suspeito de crime ou irregularidade é um fato, que pode ser registrado

dependendo de sua relevância para a sociedade. Ao jornalista, cabe informar sobre o estágio em que se encontram as investigações, devendo sempre cobrar os indícios que levaram a autoridade a sustentar suas suposições, publicando-os, acompanhados da versão da pessoa acusada, se ela se dispuser a falar. Se a autoridade errar e culpar um inocente, o fato deve ser publicado com o mesmo destaque, e a polícia deve ser cobrada por seus erros. (Princípios Editoriais do Grupo Globo, 2011, p. 10-11)

A situação descrita é extremamente comum, tendo em vista que os jornalistas se pautam, muitas vezes, com base apenas nos boletins de ocorrência da Polícia Militar, que não significam que houve alguma investigação do caso. Pelo contrário, o boletim é apenas o registro de um fato sem investigação precedente. Como a PM é uma fonte oficial e considerada de credibilidade, podem ser publicadas notícias sem apuração, mas com o registro policial de que aquele fato realmente ocorreu e de que a pessoa citada é a suspeita. Essa prática, em tese, protege o veículo de comunicação, pois, em caso de erro, a responsabilidade possivelmente será atribuída à origem da informação, que é, no caso, a Polícia Militar.

O guia também dita que os jornalistas do Grupo Globo devem, sempre, priorizar as próprias investigações. Sendo assim, se um outro jornal publicou um “furo”, não se deve publicá-lo também antes de investigá-lo. Se, de alguma forma, for importante noticiar as repercussões da matéria em questão antes de apurá-la deve-se publicar essas consequências sem, em momento nenhum, tomar o fato como verdadeiro.

No próximo item, iremos tomar conhecimento de outro manual que estabelece algumas regras para os jornalistas. Dessa vez, porém, a prioridade não é proteger a integridade da imprensa, mas proteger e resguardar a vítima, sem desmerecer sua situação e seu depoimento. *O Globo*, inclusive, declara que tem conhecimento e segue as especificações presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em relação à violência sexual de uma forma geral, a ONG Think Olga também reuniu algumas recomendações em um manual de redação, com o objetivo de trazer um maior respeito à vítima.

3.4.2 A ONG Think Olga e o Minimanual do Jornalismo Humanizado

A Think Olga é uma organização não-governamental (ONG) de caráter feminista, criada em abril de 2013. De acordo com seu site oficial, o objetivo da Olga é criar conteúdo que reflita a complexidade das mulheres, tratando-as com a devida seriedade que compete a todas as pessoas capazes de definir os rumos do mundo. A ONG aceitou a missão de dar

visibilidade e poder às mulheres, divulgando suas ações em um mundo dominado pelos homens, e incentivando a prática de atividades em locais onde não se espera a presença feminina. A Think Olga acredita na luta pela capacidade de escolha das mulheres e defende que, para fazer essas escolhas, a mulher deve ser ouvida e ter acesso à informação, podendo tomar decisões com confiança e sem culpa.

A organização é responsável por diversas campanhas, que vão desde o incentivo ao empreendedorismo e à carreira profissional das mulheres até o repúdio às cantadas na rua. Nosso foco, aqui, será voltado a um dos materiais produzidos pela Think Olga: o *Minimanual do Jornalismo Humanizado*.

Após a grande repercussão do caso da adolescente de 16 anos estuprada por mais de 30 homens no Rio de Janeiro, e a grande quantidade de notícias na mídia em todo o país, a ONG produziu a cartilha para conscientizar os jornalistas quanto a alguns termos que ela considera mal utilizados nas matérias. Da mesma forma que ocorre com um manual de princípios editoriais de grandes jornais, como *O Globo*, o *Minimanual* estabelece uma série de regras a serem seguidas pelos jornalistas, para que haja um certo padrão nas notícias.

O guia foi dividido em quatro partes: violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo e estereótipos nocivos. A quinta parte, LGBT, foi lançada recentemente, no dia 30 de junho de 2017.

O papel dos veículos de comunicação é fundamental na construção da cultura de um país. O jornalismo, em especial, por sua posição de confiança e virtude informativa, é capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente à transmissão de notícias. É por essa capacidade que salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos, ainda que aqueles que estão por trás dos furos não o sejam. (*Minimanual do Jornalismo Humanizado*, parte I, p.3)

O *Minimanual* foi lançado em 27 de junho de 2016, exatamente um mês depois de as primeiras matérias sobre o estupro terem sido publicadas. De acordo com a ONG, o machismo ajuda a tornar o estupro um crime de impunidade quase certa. Por isso, a mídia tem a responsabilidade de, ao menos, não atenuar de forma alguma os crimes sexuais. Começando com algumas instruções para a abordagem do estupro, a Think Olga condena a romantização do ato, com a substituição da palavra “estupro” por expressões como “encontros amorosos”, por exemplo, termo que foi utilizado em uma matéria sobre pedofilia.

O manual também ressalta que estupro não é sexo. Dessa forma, a publicação considera errado dizer que o autor “obrigou a vítima a fazer sexo”, ou “forçou a fazer sexo oral”, porque tais expressões suavizam o crime cometido. A vítima também não deve ser

desmerecida, com o uso de práticas para provar algum tipo de desvio de caráter, como ocorreu com a adolescente vítima de estupro coletivo, que foi julgada por frequentar bailes funk e usar drogas.

O manual aborda, por fim, as questões de violência doméstica e feminicídio, novamente com a instrução de não romantizar os agressores e o crime. Como exemplo, a ONG se utiliza de uma matéria que “justifica” o feminicídio por amor ou por ciúmes. Por fim, o manual condena o julgamento das vítimas por seu comportamento após o crime. Se a mídia relata que a mulher vítima de abuso foi vista sorrindo, por exemplo, esse discurso colabora com a ideia de que ela está mentindo ou que não está sofrendo.

No próximo capítulo, tomaremos o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Princípios Editoriais do Grupo Globo e o Minimanual do Jornalismo Humanizado como base para analisar as reportagens publicadas sobre o estupro coletivo pelo jornal *O Globo*, e verificar se o periódico preza pela preservação à vítima e dá voz aos acusados.

4 O ESTUDO INTERPRETATIVO DE *O GLOBO*

A amostra a ser analisada é formada por manchetes e reportagens no período de uma semana, a partir da primeira matéria publicada sobre o estupro coletivo no jornal *O Globo*, no dia 27 de maio de 2016, seguindo até 2 de junho, com textos publicados diariamente no periódico. A base para esse estudo será a Análise de Conteúdo, utilizando os princípios propostos pela autora Laurence Bardin (1979). Segundo a autora, para realizar o estudo do conteúdo de um objeto é necessário estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações (BARDIN, 1979, p.121). Bardin denomina essa prática de leitura flutuante.

Assim, observamos todas as matérias relativas ao tema e decidimos tratar como objeto as reportagens publicadas durante a primeira semana, pelo fluxo diário de notícias e destaque nas capas das edições. Com base em alguns padrões verificados no conteúdo dessas matérias, definimos as categorias de análise, que são **título/editoria, narrativa, imagens e fontes ouvidas/ausentes**.

O objetivo é verificar se o periódico age de acordo com as normas previstas nos manuais de redação citados, que tipo de enfoque predomina na narrativa, ou seja, se há predomínio das questões que envolvem a cidadania e os direitos da mulher, e se de fato a vítima é resguardada e protegida, além de tentar jogar luzes sobre o problema da violência contra a mulher, ampliando os enfoques de gênero e de conscientização nesta área, tendo como pano de fundo o respeito às leis Maria da Penha e do Femicídio, assim como a observância do que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentro do período observado, foram publicadas 11 reportagens, três artigos de opinião e uma matéria especial no Segundo Caderno. Para realizar a análise, vamos considerar o próprio conteúdo das matérias, além das manchetes utilizadas na capa. Os artigos de opinião, por não refletirem a própria posição do jornal, não foram explorados.

4.1 TÍTULO E EDITORIA

Tabela 1 – Matérias publicadas em *O Globo* de acordo com data e título

Data	Chapéu	Título	Retranca(s)	Caderno/Editoria	Foi capa?

27/05/2016	-	Barbárie Coletiva		Primeiro Caderno / Rio	Sim
28/05/2016	Barbárie Coletiva	Crueldade Impune	Mulheres protestam em todo o país contra crimes sexuais	Primeiro Caderno / Rio	Sim
29/05/2016	Barbárie Coletiva	Investigação sob polêmica	Um delegado acostumado a ficar sob holofotes	Primeiro Caderno / Rio	Sim
30/05/2016	Barbárie Coletiva	Inquérito sobre estupro coletivo muda de delegacia após polêmica		Primeiro Caderno / Rio	Sim
30/05/2016	-	Respeita as mina		Segundo Caderno	Sim
31/05/2016	Barbárie Coletiva	Agora, polícia admite estupro	“Por mim, seria pena de morte”	Primeiro Caderno / Rio	Sim
31/05/2016	Barbárie Coletiva	Ameaçada, vítima entra em programa de proteção	Governo federal vai propor punição mais rigorosa	Primeiro Caderno / Rio	Sim

			para estupradores		
01/06/2016	Barbárie Coletiva	Penas mais duras para estupro	Outra vida, outra cidade, outro nome	Primeiro Caderno / Rio	Sim
01/06/2016	Barbárie Coletiva	Traficante chefia o “bando do abatedouro”	MP quer investigação da conduta de delegado que foi afastado do caso	Primeiro Caderno / Rio	Sim
02/06/2016	Barbárie Coletiva	Suspeito que fez selfie de estupro se entrega	Polícia ainda procura por mais quatro acusados	Primeiro Caderno / Rio	Sim
02/06/2016	Barbárie Coletiva	Crise financeira prejudica atendimento a mulheres do Rio		Primeiro Caderno / Rio	Sim
02/06/2016	Barbárie Coletiva	Secretária, agora, apoia aborto após estupro		Primeiro Caderno / Rio	Sim

Observando todos os títulos, notamos algumas repetições, como o grande número de vezes em que o termo barbárie foi utilizado. A expressão esteve presente no primeiro

clichê³ do jornal no dia 27 de maio e se repetiu em quase todos os chapéus de reportagens sobre o crime. Durante essa primeira semana de publicações, a palavra “barbárie” foi utilizada 11 vezes, sempre em destaque, incluindo as diferentes páginas sobre o estupro coletivo no mesmo jornal. Essa palavra diz que as pessoas que cometeram esse crime são bárbaras, ou seja, selvagens, portanto, incapazes de viver em uma sociedade.

Também é possível notar o discurso voltado para a punição dos criminosos nos títulos “Crueldade impune” e “Penas mais duras para estupro”. O primeiro ainda deixa claro que o estupro é praticado por pessoas cruéis, que não se importam com o sofrimento das vítimas, ideia semelhante ao significado da “barbárie”. De acordo com o título, um crime como esse, apesar de tão grave, é também impune. Com as “penas mais duras”, espera-se que essa impunidade diminua. Quem comete tal crueldade e barbaridade mereceria, então, uma maior punição. Uma das retrancas é “Por mim, seria pena de morte”, frase dita por Francisco Dornelles, governador em exercício no Estado do Rio de Janeiro, reforçando o apelo de *O Globo* pela mais severa das punições por meio dessa radical opinião. Tanto o jornal como a mídia de forma geral e a pressão popular têm influência sobre as autoridades, como vemos na retranca “Governo federal vai propor punição mais rigorosa para estupradores”, decisão possibilitada pela grande repercussão do caso.

A polêmica também funciona como um fator norteador em alguns títulos, demonstrando o foco em assuntos que atraem a atenção e vendem jornais, em detrimento daqueles que, de fato, são relevantes para a solução do crime e para destacar as questões de gênero e violência, que deveriam ser centrais. Na verdade, a própria investigação - com suas contradições, altos e baixos – ganha destaque nas reportagens, como podemos ver em quatro títulos. “Investigação sob polêmica” e “Inquérito sobre estupro coletivo muda de delegacia após polêmica”, por exemplo, não expressam os avanços da apuração do caso, mas sim o fato de que, por conta de uma polêmica, foi necessário mudar a delegacia. O título “Agora, polícia admite estupro”, além de ainda se prender à desgastante discussão em torno de o crime ter ou não ocorrido, mostra uma clara mudança na linha de investigação. Por sua vez, o título “Secretária, agora, apoia aborto após estupro” alia o crime, que por si só já chama a atenção do leitor, à temática do aborto, que historicamente também gera controvérsia.

³ Antigamente, para cada página de jornal era usado um clichê um suporte metálico onde eram dispostos os tipos metálicos manualmente, formando frases e colunas. Hoje, é comum que os jornais façam um segundo clichê para atualizar matérias importantes depois do horário de fechamento da edição.

A retranca “Um delegado acostumado a ficar sob holofotes” se concentra nas características pessoais do primeiro delegado a assumir o caso, mostrando que ele não estranha a atenção da mídia, enquanto a retranca “MP quer investigação da conduta de delegado que foi afastado do caso” retoma essa polêmica, mesmo depois de a investigação continuar com outra delegada, por se tratar de um assunto mais “vendável”.

Há ainda os títulos “Traficante chefia o ‘bando do abatedouro’” e “Suspeito que fez selfie de estupro se entrega”, que têm como elemento central a investigação do caso e a identificação dos suspeitos. O primeiro título, além de associar o crime ao tráfico de drogas, dando mais peso e destaque ao acontecimento, traz o substantivo “abatedouro” nomeando o grupo de suspeitos que, escolhendo essa alcunha, associa a vítima a um animal, a uma criatura cuja vida não tem importância. É possível também que a palavra “abatedouro” represente a visão do jornal em relação ao crime, como se a adolescente fosse apenas mais uma vítima usada pelos estupradores. Há também a retranca “Polícia ainda procura por mais quatro acusados”, na qual a apuração do crime também é o ponto central.

O título “Crise financeira prejudica atendimento a mulheres do Rio” e a retranca “Mulheres protestam em todo o país contra crimes sexuais” estão voltados para as consequências e repercussões do estupro coletivo. O crime foi usado como “gancho”, trazendo à tona o fato de que, todos os dias, há casos semelhantes que não ganham a atenção da mídia. Dessa forma, as precárias condições de atendimento às vítimas não eram exploradas e nem tinham melhorias cobradas. As manifestações de grupos militantes aproveitaram a visibilidade do caso para tentar conscientizar a população sobre o machismo e a violência contra a mulher. Ainda assim, a retranca apenas traz o termo “mulheres”, apesar de imaginarmos que elas estão organizadas de alguma forma, seja em coletivos feministas ou em nome de alguma causa. De fato, em todos os títulos a palavra “mulheres” é vaga e não-específica. Ou seja, nenhum nome de movimento social ou organizações não governamentais (ONG) aparece nos títulos das reportagens.

“Outra vida, outra cidade, outro nome” é uma retranca focada na dramatização da história da vítima. A repetição da palavra “outra” remete à radical mudança na vida da adolescente após o crime. Portanto, ao fazer uso da figura de linguagem aliteração, busca-se reforçar as alterações que a jovem terá que passar na sua vida por conta do crime sofrido.

O título “Respeita as mina” é o único que foge da linguagem padrão e se aproxima do discurso popular e periférico ao utilizar a gíria “mina” para se referir às meninas e mulheres. Também se trata da única matéria relacionada ao tema publicada no Segundo Caderno, abrindo a discussão a leitores com interesses diferentes dos que se limitam ao

Primeiro Caderno. Os consumidores de reportagens como essa normalmente procuram um debate mais profundo, com a análise das consequências desse crime no cotidiano das pessoas, além da exploração de outras vozes, como a da comunidade, inexplorada nas matérias de Primeiro Caderno durante o período de análise. Além disso, ao chegar em outro caderno, a reportagem pode estar abarcando um outro tipo de público.

O Primeiro Caderno é mais tradicional e de caráter mais informativo, abrigoando aquilo que, no jargão jornalístico, é chamado de *hard news*, enquanto o Segundo Caderno é o espaço da arte, da cultura, daquilo que podemos chamar de *soft news*⁴.

O fato de a grande maioria das notícias analisadas estar presente no Primeiro Caderno indica, primeiramente, ser um assunto hard, ligado a questões de segurança pública e que, portanto, enquadra-se nesta seção do jornal. A maioria das matérias está na Editoria Rio, trazendo uma abordagem que chamaremos de mais conservadora, com enfoque principalmente na versão policial e de autoridades, característica comprovada ao observarmos os títulos.

A editoria é sempre a Rio, pois foi onde se deu o crime e a investigação. Entretanto, o acontecimento repercutiu em todo o país, tendo inclusive um papel na discussão pela mudança na pena existente para esturadores, como vimos em alguns títulos. Ainda assim, informações sobre votações do Senado, em Brasília, por exemplo, foram sempre publicadas na editoria Rio.

Durante todos os dias de análise, as reportagens sobre o estupro coletivo tiveram chamadas na capa do jornal e foram manchetes nos seguintes dias: 27/05 (segundo clichê), 28/05, 29/05 e 31/05. Avaliando, sem entrar em questões de porcentagem por página ou por jornal, verificamos que o tema ocupou, no mínimo, uma página em cada edição analisada. No dia 29/05, houve um artigo de opinião sobre o assunto, além da matéria de página inteira. Em 30/05, o crime ganhou uma página no Primeiro Caderno e uma no Segundo Caderno. No dia 31/05, foram publicadas duas páginas inteiras sobre o estupro coletivo e suas repercussões no Primeiro Caderno. No dia 01/06, houve duas páginas inteiras no Primeiro Caderno e dois artigos de opinião, um no Primeiro e outro no Segundo Caderno. No dia 02/06, por fim, o estupro coletivo também norteou duas páginas do Primeiro Caderno. Concluimos, assim, que o acontecimento foi considerado de extrema relevância, mantendo-se no jornal todos os dias durante uma semana.

⁴ Hard News são as notícias consideradas mais tradicionais, buscando a informação do leitor, enquanto que as Soft News são mais voltadas para o entretenimento do público. (Baum, 2007)

No próximo item, o conteúdo das matérias será explorado e analisado mais a fundo.

4.2 NARRATIVA

4.2.1 Primeiro dia

O primeiro dia de análise, 27 de maio de 2016, também é a data em que as primeiras matérias sobre o assunto são veiculadas na mídia. Em *O Globo*, logo na chamada de capa, as manchetes foram “Barbárie comove o país” (Primeiro clichê) e “Estupro coletivo choca o país” (segundo clichê). Como abordado no primeiro capítulo, podemos observar o uso do recurso do valor-notícia da ampliação. Dizer que todo o país está chocado, comovido e indignado com o crime acaba por intensificar sua relevância. Temos também a utilização da palavra “barbárie”, que implica que o ato em questão foi praticado por bárbaros, selvagens, pessoas não dignas de viver em comunidade.

O termo “estupro coletivo” também foi utilizado, e, apesar de já ter havido outros casos onde mais de uma pessoa praticava estupro contra a vítima, essa expressão passou a ser empregada com frequência após esse caso. Ao usá-la, é reafirmada a informação de que dezenas de homens participaram da ação, um dos principais fatores que justificam a “comoção” e o “choque” sentidos pela população. Ao voltarmos nos valores-notícia, entendemos que aqui ganha destaque o valor tempo, ou seja o ineditismo do fato, chamado pela primeira vez de “estupro coletivo”, assim como o fato de a violência ter sido filmada, o que traz a notabilidade ao assunto, ou seja, outro valor-notícia tratado anteriormente neste trabalho.

A matéria em si, no interior do jornal, tem o título “Bárbarie Coletiva”, e subtítulo “Jovem de 16 anos é estuprada por mais de 30 bandidos, que ainda divulgam vídeo”. A expressão “barbárie” foi novamente utilizada, ressaltando a opinião do jornal em relação à crueldade dos criminosos. No subtítulo, foram informados os detalhes que mais atraem a atenção para esse caso, diferenciando-o de diversos outros estupros, e até mesmo outros estupros coletivos, a maioria silenciada pelos jornais. A vítima era uma adolescente de apenas 16 anos, totalmente à mercê do grande número de autores, que foi superior a 30. Além disso, os “bárbaros” divulgaram um vídeo da menina durante o ato, como se fosse um troféu.

A matéria não foi escrita apenas de forma informativa e objetiva, mas traz características de narração de uma história dramática, descrevendo as ações e os supostos sentimentos da vítima, conforme podemos observar no trecho abaixo.

Com o corpo trêmulo, ela anda amparada. A mãe procura acalmá-la. Em vão. Agitada, aparentemente sem conseguir controlar os braços, ela tenta o tempo todo se desvencilhar, como se quisesse fugir de tudo. De todos. Num lapso, se solta por um minuto e desaba no chão, com olhos sem esperança, em choque. A menina sem nome, de 16 anos, parecia uma idosa, derrubada pelo pior capítulo de uma vida sem rumo, entre bailes funk e um tanto de droga, em que afundava mágoas antigas. (Barbárie Coletiva, O Globo, Editoria Rio, p. 7, 27 de maio de 2016)

Vários recursos apelativos foram utilizados para romantizar e dramatizar o trauma da vítima. A comparação da vítima a uma idosa, por conta de sua fraqueza, tem o objetivo de despertar a empatia e a pena da população. Entretanto, a narrativa acaba culpabilizando a adolescente por ter uma vida descrita como “sem rumo”, por fazer uso de drogas e ir a bailes funks, como se o estupro fosse apenas mais um detalhe esperado, mais cedo ou mais tarde, na vida da jovem, que será chamada de “adolescente problema”. Ao dizer isso, conforme veremos abaixo, será que o jornal não reforça o fato de que se ela fosse uma adolescente sem problemas, exemplar, ela não teria sido vítima deste crime? A reportagem também explora o fato de a garota ser mãe de um menino de três anos para corroborar com a afirmação de que sua realidade é cruel.

Antes, a menina sem nome era uma “adolescente problema”. Mas, acima de tudo, uma adolescente. Vaidosa, gostava de postar selfies com shorts e piercing. (...) Também publicava fotos “fofas” com o filho. Em sua página, ela dedicava parte das mensagens a seu menino, que dizia ser tudo para ela e ela, tudo para ele. Era mãe, era pai. (...) O pai da criança morreu. Estudante, a jovem mais faltava do que ia à escola (...) Seu álbum de fotos no Facebook tem uma Bíblia com trechos destacados por marca-texto. (Barbárie Coletiva, O Globo, Editoria Rio, p. 7, 27 de maio de 2016)

A humanização e a caracterização da personagem satisfaz o gosto do público pela espetacularização. Ao mesmo tempo em que não dá muita importância às aulas, faltando diversas vezes, a adolescente demonstra o amor pelo filho e pela religião. Ainda assim, ela não deixava de postar fotos de shorts. Todos os detalhes da vida da vítima são romantizados ou até vistos como justificadores do crime.

4.2.2 Segundo dia

Já na capa de *O Globo* no dia 28 de maio, foi destacada a foto da vítima e o título “Atentado contra a dignidade das mulheres” entre aspas, novamente gerando a ampliação do caso para que atingir todas as mulheres. O subtítulo é “‘Não dói o útero e sim a alma’, diz jovem atacada por 33 homens. PF terá setor para investigar crimes contra as mulheres”. O depoimento da vítima foi também explorado, dramatizando e agravando o crime ainda mais, dando aos leitores uma pista do que de passava na cabeça dela nesse momento.

A reportagem desse dia, com todo seu conteúdo, ocupa uma página inteira, e traz estatísticas voltadas para a impunidade dos estupros em todo o Brasil. “No país, só 35% dos estupros são registrados. No Rio, apenas 6% chegam à justiça”, diz o subtítulo, mostrando que o abuso sofrido pela adolescente é apenas a “ponta do iceberg” em um país em que a maioria dos estupros não é nem mesmo denunciada, e muito menos tem os estupradores condenados.

O estupro de uma jovem de 16 anos, atacada por mais de 30 homens numa favela na Praça Seca e exposta em vídeo divulgado na internet, revoltou milhões de pessoas no Rio, no Brasil e no exterior. O caso já está sendo tratado como símbolo da luta para mudar uma realidade cruel: segundo estimativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base em informações das secretarias estaduais de Segurança, apenas 35% desses crimes são registrados nas delegacias em todo o país. Para piorar, a impunidade é grande. No Rio, dados do Ministério Público mostram que, em 2014, foram registrados 4,725 estupros no estado. No entanto, apenas 6% dos casos (um total de 286 inquéritos) viraram ação penal na justiça. (Crueldade Impune, Editoria Rio, p. 8, 28 de maio de 2016.)

O primeiro parágrafo da matéria reitera a hipótese de que, por algum motivo, esse caso chamou mais atenção que os outros milhares de estupros no país, e trouxe luz à preocupação pública com esses crimes. Compreendeu-se que havia a necessidade de incentivar as vítimas a denunciarem, em vez de intimidá-las, além de garantir a prisão dos culpados com o andamento das apurações. Para isso, a delegada diretora da Divisão Policial de Atendimento à Mulher apoia as campanhas e palestras para conscientizar a população sobre a importância da denúncia, além da qualificação dos policiais. Entendemos aqui que a posição do jornal e mesmo das autoridades é influenciada pelas legislações que, a partir de 2006, como é o caso da Lei Maria da Penha, começaram a mudar o foco e a maneira de olhar para as vítimas da violência sexual.

Mais dados trazem a informação de que as crianças e adolescentes são os mais atingidos pela violência sexual, sendo o tipo de agressão mais comum sofrido por meninas de até 11 anos. O autor do levantamento do número de crianças e adolescentes vítimas de abuso

sexual atendido pelo SUS toca em uma questão mais profunda: as crianças, jovens e mulheres que buscam atendimento são apenas as que não veem outra opção, já que sofrem com ferimentos mais graves, sangramentos ou risco de DSTs. Ele também justifica o baixo número de denúncias, dizendo que “o sistema de atendimento institucional em geral culpabiliza a mulher pelo próprio estupro”. (Crueldade Impune, O Globo, Editoria Rio, p. 8, 28 de maio de 2016) A delegada também tem um discurso semelhante: “Além do medo que sente do agressor, a vítima tem medo de como a sociedade vai enxergá-la. Para modificar isso, precisamos investir em mais campanhas de conscientização e palestras”. (Idem). Percebemos que a matéria aborda o julgamento da vítima, tema importante para a percepção da existência de uma cultura machista na sociedade contemporânea. Entretanto, esse assunto não é bem explorado, limitando-se a comentários de uma ou outra fonte.

Na reportagem ainda há um box, com o chapéu “Opinião” e o título “Ir além”, que traz a opinião do jornal. *O Globo* afirma que esse crime deve ser um divisor de águas, e exige mobilização da sociedade e das autoridades contra os estupros. Tendo em vista que ocorrem todos os dias, no estado do Rio de Janeiro, 12 casos de estupros, o jornal entende que essa “barbárie” está sendo “banalizada”. Para o periódico, apenas punir os estupradores da jovem de 16 anos não é o suficiente.

O “ir além” sugerido pelo jornal se refere, então, à punição dos criminosos. Se apenas punir é pouco, e é necessário ir além disso, o que *O Globo* quer dizer? Pena de morte para os estupradores?

A retranca da matéria fala sobre protestos em diversos locais do Brasil contra a violência sexual. De organizações feministas, as manifestações também foram uma repercussão importante desse caso, pois, de tão alarmante, houve essa necessidade de conscientização. O periódico, porém, em nenhum momento, atribui os protestos a feministas ou a coletivos de nenhuma natureza, usando apenas a expressão “mulheres protestam”. Essa escolha de palavras desmerece e silencia os movimentos e a militância feminista, como se não houvesse uma sociedade organizada por trás. Há uma entrevistada, que foi identificada como “uma das manifestantes”, “funcionária pública” e “vítima de estupro no passado”, reforçando a aparente falta de interesse do jornal na organização dos atos.

4.2.3 Terceiro dia

Uma das manchetes da capa de *O Globo* no dia 29 de maio de 2016 relata que a defesa da vítima de estupro coletivo quer afastar delegado do caso, porque ele teria

criminalizado a vítima. Em oposição, o delegado acusa a defesa de tentar tumultuar o caso. E esse é, justamente, o enfoque da matéria: a investigação, mas não somente ela, e sim a disputa entre dois lados, a criação de dois personagens: o delegado e a advogada da jovem. A “polêmica”, presente já no título da matéria, é um recurso sensacional que convida o leitor a se informar sobre o assunto. No olho da matéria⁵, recurso que atrai a atenção, os repórteres destacam os principais pontos polêmicos da investigação.

Culpa: a advogada Eloisa Samy diz que o delegado Alessandro Thiers tenta “criminalizar e culpabilizar” a vítima. Ele acusa a advogada de querer bagunçar a investigação. Investigação: especialistas dizem que o estupro deveria ser o alvo de uma investigação da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima. Livre: Eloisa diz que Raí de Souza, que, segundo o seu advogado, confessou ter feito o vídeo e repassado a um amigo, deveria ser preso. Ele está solto. (Investigação sob polêmica, O Globo, p. 10, 29 de maio de 2016)

A controvérsia teve início quando Thiers, titular da Delegacia de Crimes de Internet, fez algumas perguntas à adolescente, consideradas invasivas e sem relação com o inquérito, entre elas, se a jovem já teria participado de sexo em grupo. Ao ser questionado, o delegado afirmou que essas informações eram, sim, essenciais para a investigação. Em relação à prisão do jovem responsável pelo vídeo, Thiers afirmou que a Chefia da Polícia Civil estava sabendo de tudo, e fazendo um trabalho sério, enquanto a advogada, não, e inclusive lembrou que a profissional já havia sido presa pela DRCI. Se nos basearmos nas orientações do Minimanual do Jornalismo Humanizado, entenderemos que a vítima não deve ser desmerecida pela exposição de informações sobre seu passado.

Partindo-se do princípio de que um estupro é uma conjunção carnal involuntária, somente o criminoso pode ser responsabilizado pelo ato. Para proteger a vítima, deve-se abster da divulgação de informações sobre a sua vida pregressa, em geral expostas para desmerecer sua conduta e, de alguma forma, colocar sobre ela algum merecimento sobre o que aconteceu. (Minimanual do Jornalismo Humanizado, parte I)

De acordo com a Think Olga, concluímos, então, que a colocação da advogada foi válida. Indo além, é possível notar que o delegado agiu da mesma maneira com a profissional, utilizando o fato de ela já ter sido presa para desmerecer seu trabalho.

Na reportagem, o jornal escuta ainda alguns especialistas, como um advogado criminalista e juiz federal aposentado, que diz que o estupro coletivo, desde o início, deveria

⁵ Trecho do texto destacado entre as colunas, com letras maiores, chamando a atenção para um dos conteúdos mais importantes daquela reportagem.

estar sendo investigado pela Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima. A justificativa é que a exposição do vídeo da vítima foi um crime posterior ao delito principal, que foi o estupro. A apuração pela Delegacia de Repressão a Crimes de Internet indicaria que o fator principal teria sido o compartilhamento das imagens, o que não foi o caso. Contudo, essa fala leva à reflexão. Com tantos estupros nas comunidades do Rio de Janeiro e em todo o Brasil, por que esse ganhou notoriedade e visibilidade nacional e internacional? O fato de que os criminosos filmaram a vítima nua e desacordada teria chamado a atenção para a violência sexual sofrida pela adolescente? Chegamos, de novo, a um momento em que uma questão importante é levantada, mas não aprofundada.

A notícia é concluída com a informação de que uma ONG de uma comunidade evangélica pendurou 33 peças de roupa manchadas de vermelho na praia de Copacabana, em protesto contra o estupro. Em apenas um pequeno parágrafo, o jornal fala dessa manifestação, desta vez identificando o grupo por trás dela. Ainda assim, vemos que a militância e o feminismo continuam silenciados.

Existe ainda um box na matéria, com a retranscrição “Um delegado acostumado a ficar sob holofotes”. O bigode “Policial conduziu casos de repercussão e já prendeu advogada que o critica” demonstra que *O Globo* colabora com a atitude de Thiers de apontar uma falha na advogada. O jornal também exalta o delegado, referindo-se a ele como “galã”, dizendo que ele está acostumado a aparecer na televisão e lembrando sua atuação em casos famosos, como o racismo na internet contra a atriz Taís Araújo e a cantora Ludmilla. Desta forma, tira o foco do crime de violência sexual e centraliza a história no policial.

Acostumado a aparecer na TV, Thiers é tratado por muitos na Polícia Civil como um galã. Ele já teve um relacionamento com uma filha do ex-secretário estadual de Segurança Josias Quintal. Anteontem, enquanto ouvia os depoimentos da vítima e dos suspeitos de envolvimento no estupro, sua noiva, uma empresária, o aguardava na delegacia. Alguns colegas disseram, brincando, que “a marcação está cerrada”. (Investigação sob polêmica, *O Globo*, p. 10, 29 de maio de 2016).

Com base no perfil que o jornal fez sobre o delegado, confirmamos a hipótese de que os personagens apresentados, especialmente o de Thiers, são o foco principal dessa matéria. Informações pessoais, sem qualquer conexão com o inquérito, foram utilizadas para construir a figura do delegado galã, habituado à mídia, que só quer seguir com sua vida e com seu competente trabalho, sem interrupções. Principalmente, sem interrupções da advogada que já foi presa por ele e estava novamente em seu caminho.

4.2.4 Quarto dia

Duas chamadas sobre o estupro coletivo e a violência contra a mulher integram a capa da edição de *O Globo* do dia 30 de maio: “Investigação polêmica - Caso de estupro muda de delegacia” e “A violência contra as mulheres nas artes”, levando a duas matérias, uma no primeiro e a outra, no Segundo Caderno. É chamada a atenção, mais uma vez, para o fator polêmico das investigações, e é confirmada a decisão de que o caso será apurado por outra delegacia. A reportagem introduz uma série de novas informações sobre o caso: o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, transferiu o inquérito para a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima; A advogada da vítima, Eloisa Samy, foi afastada do caso por decisão da família da adolescente; A jovem foi incluída no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente; e o chefe de polícia disse, em entrevista, que o resultado do laudo da perícia “poderia surpreender”.

Mesmo após a mudança na linha de investigação, ainda existe o discurso de que o estupro pode ou não ter acontecido. Veloso deixa claro que a possibilidade de não ter havido violência ainda estava sendo considerada por uma série de motivos, incluindo o fato de não haver sangue aparente no vídeo. Por um lado, as apurações parecem progredir, mas por outro, a polícia ainda se nega a afirmar que houve crime. Por que a vítima foi desacreditada? Seria um pensamento típico da sociedade machista? Ou esse fator estaria relacionado à origem periférica e à classe social da adolescente, assim como o julgamento de seu passado de maternidade, bailes funk e uso de drogas? O que aconteceria se a vítima fosse uma adolescente de classe média ou alta?

Em relação à transferência do inquérito, nada foi dito sobre a preservação da vítima. Veloso fala da garantia da imparcialidade da investigação, e a preservação do delegado contra maiores desgastes, até que seja verificado se houve ou não falta de habilidade por parte de Thiers. O chefe de polícia não explora a denúncia de criminalização da vítima contra o delegado. A vítima parece deixada de lado, enquanto que o delegado, o mocinho injustiçado da história, não deixa de ser lembrado, mesmo após ser dispensado do caso.

A matéria informa ainda que o Ministério Público havia solicitado uma avaliação da atuação de Thiers durante o depoimento da jovem, para investigar se o delegado teria infringido o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em um último parágrafo, é relatada novamente a ocorrência de manifestações contra a violência que assola as mulheres, dando destaque a Brasília, onde o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) foi pichado. O STF

também foi alvo de um varal de calcinhas, e um “grupo” que derrubou as grades do edifício para colocar flores aos pés da estátua que representa a justiça foi dispersado pela polícia. Dessa vez, além de ignorar as pautas e a organização dos protestos, o jornal ainda os criminalizou.

A outra matéria desta edição, “Respeita as mina.”, está no Segundo Caderno e fala sobre músicas, filmes e séries que retratam e disseminam a cultura do estupro e a violência contra a mulher. Questões importantes são discutidas, como o uso do abuso sexual como artifício para chamar a atenção e ganhar audiência. O perigo da associação de uma mulher “sozinha” a uma mulher “disponível para sexo” também foi problematizado, ressaltando que, apesar da visão machista, a culpa é unicamente do estuprador. A reportagem também promove o debate sobre letras de música que incentivam a imposição de homens em relação a mulheres, dizendo com todas as letras que o consentimento delas não importa, ou que o “não” na verdade significa “sim”. Ao contrário do que acontece nos textos do primeiro caderno, gêneros brasileiros, como o funk e a MPB, foram comparados em questão de letra, sem desmerecer a base cultural de nenhum deles, e novas músicas que surgem como uma voz de denúncia contra a violência sexual explícita e implícita também ganharam visibilidade. Diferentemente da narrativa vista nas matérias de primeiro caderno, onde certos termos e temáticas foram ignorados, vemos aqui o uso de palavras e expressões como “cultura do estupro” e “feminismo”, o que reforça que essa reportagem é realmente uma exceção à linha seguida pelo jornal até o momento.

4.2.5 Quinto dia

No dia 31 de maio, já sob o comando da delegada Cristiana Bento, duas prisões foram realizadas, porque “Polícia agora diz ter prova de estupro”, como diz a manchete da capa. Chegando à matéria, compreendemos que a ‘prova’ da qual a notícia fala é o vídeo que foi gravado, o que não é nenhuma novidade. Tinha-se conhecimento do vídeo desde o primeiro momento e, enquanto o primeiro delegado não acreditava que ele atestava o estupro, a nova profissional designada para o caso pensa diferente. Ela explicou que o laudo pericial não indicou abuso porque foi realizado cinco dias após o crime. O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, volta atrás e diz que não há dúvida alguma que o estupro havia sido consumado, e que o que não se sabia era o exato número de estupradores.

Os suspeitos foram ouvidos pelo jornal, como já vimos que dita o Manual de Redação do Grupo Globo. O jovem que fez o vídeo admitiu que filmou o ato, mas afirmou

que não foi estupro, e que a adolescente ainda ficou de “safadeza”. “Essa menina foi vítima de violência sexual. Ela está sendo vitimizada pela população pelo que fez ou deixou de fazer. Quero identificar todos eles.” (Agora, polícia admite estupro, *O Globo*, p. 10, 31 de maio de 2016). Vemos aqui a diferença entre os dois delegados na forma de tratar o caso, e *O Globo* não ignora essa oposição. As falas dos dois personagens centrais dessa polêmica foram destacadas: enquanto ele afirmava que o sexo poderia ter sido consentido, ela reiterou que houve, sim, estupro, e que há provas desse fato. A espetacularização do caso alcança o nível da polarização, da divergência de opiniões e da indicação de suspeitos.

Em um box, há o pronunciamento e opinião de Francisco Dornelles, governador em exercício do estado do Rio na época. O jornal destaca, entre aspas, a fala que, se dependesse dele (Dornelles), o estupro teria pena de morte. Dentre tantas figuras públicas e autoridades, podemos questionar o porquê de a publicação ter utilizado com destaque o que diz o governador. Supomos que essa escolha se deva à sintonia de opiniões entre ele e o próprio *Globo*, que já havia sugerido uma pena “além da punição” em uma edição anterior e chamado os suspeitos de bárbaros.

Na página ao lado, há mais matérias sobre o assunto. Na primeira, a vítima, até então esquecida, é retomada para a informação de que, por receber ameaças de morte na comunidade, entra para um programa de proteção. O programa seria em outra cidade e talvez até outro estado, e teria duração de dois anos, com assistência jurídica, social e psicológica. Alguns detalhes do programa, incluindo os recursos do Governo Federal e a vontade de recomeçar da família, são descritos na reportagem, com direito até mesmo a um pronunciamento no Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que estava de passagem pelo Rio. Ele reconheceu que as investigações estavam tomando o rumo desejado, com a ordem de seis prisões, e que a contribuição do Governo Federal seria o ingresso da vítima no programa de proteção. Apesar de a adolescente ser citada, a notícia é mais voltada para os benefícios obtidos e a opinião de autoridades. Para concluir a reportagem, são trazidas as informações acerca de uma manifestação negando o estupro. O jornal deixou claras as suspeitas de que o protesto teria acontecido a mando dos traficantes da Praça Seca, que convocaram a comunidade para dizer que o crime não havia acontecido, pois o sexo teria sido consentido. *O Globo* também não deixou de criminalizar o protesto da periferia, dizendo que, além de ter sido ordenado por traficantes, o ato foi desorganizado e dispersado pela polícia.

Há mais duas notas que falam sobre o aumento da pena para o estupro. Na primeira, o Ministro da Justiça explica que o objetivo é impedir que esses criminosos deixem a prisão mais cedo. A pena em si, por se tratar de um crime hediondo, já é uma das mais altas

do Código Penal, e pode ser de seis a dez anos, 8 a 12 anos ou até os 30 anos, se o estupro resultar na morte da vítima. “Como em qualquer país civilizado do mundo, o condenado a 15 anos tem que cumprir 15 anos” (Governo Federal vai propor punição mais rigorosa para estupradores, O Globo, p. 11, 31 de maio de 2016).

A outra nota discorre sobre um Projeto de Lei discutido no Senado, que previa o aumento de um terço da pena se o estupro for cometido por duas ou mais pessoas. Enquanto que uma senadora defende o aumento, por se comover com a culpabilização da vítima, outro senador discorda, dizendo que o país já tem uma enorme população carcerária, e que a educação deve resolver esse problema, em vez de uma pena maior. Dois pontos interessantes são tocados. A senadora afirma que não importa se a adolescente era usuária de drogas, se já era mãe e se era da periferia, e nem importava a discussão acerca do número de estupradores – nada disso apaga o fato de que o crime aconteceu. Já o senador, em oposição à linha seguida pelo jornal, sugere uma outra opção para inibir o grande número de estupros: a educação em vez da punição.

4.2.6 Sexto dia

Na capa de 1º de junho, uma das chamadas era “Estupro terá pena mais severa”. A matéria principal, além de apresentar os desdobramentos das investigações, também exibiu o processo no qual, após um crime que chocou a população, a mídia e seus consumidores cobram uma punição maior da polícia. O Projeto citado pelo jornal no dia anterior foi aprovado, provavelmente com a ajuda da pressão popular. A reportagem ainda informa que uma emenda ao projeto estipulava de dois a cinco anos de prisão para quem divulgasse fotos ou vídeos do estupro, e que o mesmo ainda iria à votação na Câmara dos Deputados. E ainda há mais repercussões: o Governo Federal decretou reforço no policiamento, e o jornal abordou a questão de aborto em casos de estupro. A nova secretária Nacional de Políticas para as Mulheres teve seu pronunciamento em 2010, seis anos antes da matéria, divulgado pelo *Globo*. Evangélica e contra o aborto em todos os casos, o jornal aponta que ela tem um “perfil diferente das últimas ocupantes do cargo”, e também traz o fato, também dito pela mulher em 2010, de que ela é fruto de uma gravidez ocasionada por estupro. Além de trazer essa informação apelativa, fica claro que a redação não se preocupa em buscar outro parecer de uma pessoa que seja a favor do aborto nesse caso, para equilibrar a discussão.

Em um box, ficamos sabendo que a adolescente já está participando do Programa de Proteção. Foi enfatizado, dramaticamente, que ela receberia outro nome e teria outra vida

totalmente diferente. O secretário estadual de Direitos Humanos, inclusive, se surpreendeu com a vontade enfática, demonstrada pela jovem, de ter um recomeço em outro local. As atitudes da vítima também ganham nova descrição. Agora ela é “serena”, “olha nos olhos” e “não abaixa a cabeça”, como uma verdadeira heroína, que precisa superar suas dificuldades.

Na outra página, foi realizada uma espécie de dossiê que, além de retomar o caso, como e onde tudo aconteceu, exibiu as fotos, os nomes e uma breve descrição de cada um dos suspeitos identificados. Os suspeitos, inclusive, são membros de uma gangue de traficantes que promoviam bailes funk como chamariz para dopar e abusar de diversas vítimas. O local do estupro, onde tantos outros haviam acontecido anteriormente, era conhecido como abatedouro, e a gravação de imagens era frequente. A descrição dos suspeitos é minuciosa, como ocorre com a fala do jovem que gravou o vídeo. Ele fala de sua paixão pelo esporte, de sua família, profissão, e reafirma que fez sexo com a garota porque ela quis. O jogador de futebol que seria namorado da vítima disse que não mora no morro, então a história de a vítima ter ido até a casa dele não é verdade. Falou também que, no dia do crime, estava ficando com outra menina, e que, agora, sua carreira estava acabada. Na matéria, *O Globo* também fala sobre sua família e suas postagens nas redes sociais.

Em um olho, a reportagem explica o porquê de o ato ser considerado estupro, com base na legislação de 2009, vista no capítulo anterior. O jornal também coloca que a jovem estava desmaiada e teve seu corpo manipulado contra sua vontade, ressaltando que a pena quando a vítima é menor de idade é de 8 a 12 anos.

Em uma retranca há informações sobre o local do crime, uma casa de um cômodo no alto do morro, em frente a uma boca de fumo. A casa era conhecida como o lugar onde os criminosos drogavam e embriagavam as meninas e mulheres para estuprá-las, de acordo com os moradores. Essa descrição contribui para a espetacularização do caso, fazendo com que os leitores imaginem os horrores que aconteciam naquele local.

Abaixo na mesma página, há uma matéria que retoma o assunto sobre a investigação da conduta do delegado Alessandro Thiers. Segundo um promotor, há indícios de que ele teria, sim, constrangido a vítima. A adolescente afirmou que ele lhe perguntara se ela gostava de fazer sexo com vários homens na frente de outros dois policiais e disse que, durante o depoimento, a noiva de Thiers estava dentro da sala, trocando carinhos com o delegado. Também foram detectadas mensagens de Whatsapp que o mesmo teria escrito, dizendo que ela fez sexo consentido com um dos homens, e que o único crime havia sido a divulgação do vídeo. O delegado negou ter escrito as mensagens. Em mais um capítulo da

polêmica sobre o delegado, as informações são ainda mais intrigantes e levam o leitor a pensar que seu comportamento não foi profissional.

4.2.7 Sétimo dia

A chamada de capa do dia 2 de junho sobre o crime é muito pequena e se refere apenas a protestos contra o estupro. Ao lermos a matéria, vimos que o suspeito de ter tirado uma selfie com a vítima desacordada se entregou à polícia e que seu depoimento esclareceu alguns detalhes do caso. Ele admitiu a foto, mas negou o estupro, e a delegada afirmou que sua fala demonstrou que não havia acareação entre os suspeitos. A vítima não está participando das investigações, pois seria duro para ela, que já estava no programa de proteção. O suspeito afirmou que encontrou a jovem nua em uma casa e que foi embora depois de tirar uma foto. O jornal também relata que o suspeito havia postado uma carta nas redes sociais, falando sobre o assunto e negando envolvimento no estupro. A reportagem está voltada para a prisão e punição de mais um criminoso, e também para a polêmica envolvendo as diferenças entre os depoimentos dos jovens. No final, é citada uma manifestação pacífica no centro do Rio. Novamente, as organizadoras são identificadas apenas como “mulheres” e não ganham voz.

Uma retranca abaixo revela que a polícia procura mais quatro acusados e reforça que a conduta do delegado será investigada. Essa pequena parte da matéria se refere às atualizações do inquérito, sem dar a ideia de que alguém estava sendo acusado ou defendido.

Aproveitando o gancho ocasionado por esse crime, foi produzida uma matéria sobre a falta de recursos para delegacias voltada para o atendimento à mulher no Rio de Janeiro, visto que apenas um de quatro centros especializados estava em funcionamento no estado. Os funcionários estavam sem receber seus salários há meses, e não havia dinheiro para seguranças terceirizados. Uma das casas teve, também, sua sede vandalizada e depredada. Até o fechamento da matéria, o problema financeiro persistiu. Esse tipo de reportagem também dá luz a um mundo de violência contra a mulher que já acontecia antes, e ainda acontece todos os dias. Com a grande repercussão do estupro coletivo, a discussão sobre esses locais de atendimento se reacendeu, pois a população pôde perceber como eles são importantes.

Abaixo, outra matéria mostra a mudança de ideia da secretária de Política para Mulheres, agora defensora da descriminalização do aborto em caso de estupro. Novamente ela é descrita como alguém com um perfil diferente das outras ocupantes do cargo, em sua maioria, petistas que estiveram no cargo desde o início do governo do ex-presidente Lula, em

2002, até o final do governo Dilma, em 2015. Em nota, ela relatou ao *Globo* que o estado deve auxiliar a realização de abortos desta natureza, e que o ato é uma questão de saúde pública. A nota exalta mais um personagem dessa história e inclusive faz algumas críticas ao governo do PT e de Dilma Rousseff, que não se pronunciou ou tomou qualquer decisão sobre o aborto. Entra novamente o assunto polêmico do aborto, e o subtítulo parece questionar o fato de que uma secretária evangélica está à frente da Política das Mulheres, tendo em vista que a ideologia dessa religião é mais conservadora, e segue a Bíblia de forma literal, fator que possivelmente iria se entropor no julgamento de crimes de violência sexual.

4.3 IMAGENS

Durante todos os dias analisados, encontramos 18 fotografias no jornal sobre o estupro coletivo, nas capas e na reportagem. Foram usadas também outras imagens, como ilustrações e gráficos. Aqui, iremos estudar somente as fotos jornalísticas, já que, entre elas, há alguns padrões que se destacam, como, por exemplo, o uso de fotos dramáticas da vítima, sem mostrar seu rosto. Ao proteger o rosto da vítima, o jornal segue os padrões determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, conforme veremos abaixo, a jovem poderá ser facilmente reconhecida em seu meio já que tem cabelos e corpo a mostra em vários momentos.

Logo na primeira notícia sobre o assunto, tanto a capa como o interior de *O Globo* traziam a foto da adolescente deixando o hospital com sua mãe, após passar pelos exames necessários.

Figura 2 – A vítima com as mãos cobrindo o rosto.

...e disse que o mundo precisa de uma "revolução moral" contra armas nucleares. **PÁGINAS 25 e 26**

Crise nas finanças
Estado do Rio descumpra a LRF
Em crise, o Estado do Rio já deve o equivalente a 201% das receitas, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A União poderá suspender repasses. **PÁGINA 24**

Mudança trabalhista
Hollande diz que reforma 'é boa'
Apesar dos protestos, o presidente francês, François Hollande, manteve a determinação de alterar a legislação trabalhista do país e defendeu a reforma. **PÁGINA 23**

Ameaça da zika
Cientistas querem adiar Olimpíada
Cerca de 150 cientistas de todo o mundo pediram adiamento dos Jogos devido à zika. Para a OMS, não há risco. Comitê Rio-2016 mantém evento. **PÁGINA 16**



Trauma. A jovem de 16 anos falou sobre a violência que sofreu em terras da Zona Oeste: apesar da tragédia, ela se sente apoiada pela família e recebe o carinho de mulheres de todo o país

'Atentado à dignidade das mulheres'
"Não dói o útero e sim a alma", diz jovem atacada por 33 homens. PF terá setor para investigar crimes contra mulheres

"Nesse momento em que eu estou falando, deve ter uma mulher sendo estuprada ou morta". A frase é da adolescente de 16 anos vítima de estupro coletivo no Rio. "Não dói o útero e sim a alma", disse ela. A polícia ouviu Lucas Perdomo, jogador de futebol que teria relacionamento com a jovem, e um primo dele. Mas informou que não pediu a prisão dos suspeitos porque a investigação "está em andamento". O presidente interino, Michel Temer, vai criar um órgão na PF para investigar crimes contra mulheres. O ministro da Justiça, Alexandre Moraes, chamou o caso de atentado à dignidade de todas as mulheres. **PÁGINAS 9 e 13**

Só 6% dos casos chegam à Justiça
No Estado do Rio, apenas 6% dos 4.725 estupro registrados em 2014 chegaram à Justiça. A subnotificação é um detalhe. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 65% dos casos não são informados à polícia. **PÁGINA 8**

Fonte: O Globo. Edição de 28 de maio de 2016.

Essa imagem foi tão emblemática, a ponto de ter sido escolhida para encabeçar algumas das matérias sobre o tema, como podemos ver a seguir, em uma reportagem do dia 29 de maio, na qual ela aparece em preto e branco em uma tarja criada para marcar algumas matérias da série que o jornal chamará de "Barbárie coletiva":

Figura 3 – Chapéu utilizado com a foto da adolescente, logo abaixo da editoria.

10 | O GLOBO Domingo 26.5.2016

Rio

BARBÁRIE COLETIVA

Investigação sob polêmica

Advogada de vítima de estupro quer afastamento de delegado, que a acusa de atrapalhar investigação

Fonte: O Globo. Edição do dia 29 de maio de 2016.

O recurso foi utilizado nos dias 28 e 29 de maio.

No dia 1º de junho, outra foto da vítima, agora em contraluz, é utilizada pelo jornal. Ela foi capturada de um ângulo diferente, também aparentemente exibindo a tristeza da vítima. Desta forma, reforça o sentimento de fragilidade da adolescente, o que será contraposto em outros dias com a violência dos supostos autores, que terão seus rostos mostrados, mesmo ainda não havendo provas suficientes de que participaram da violência.

Figura 4 – foto da jovem em contraluz

dois terços das penas. A segunda estipu-
la dois a cinco anos de prisão para quem
oferecer ou divulgar cenas de estupro
por foto, vídeo ou qualquer outro meio.

Originalmente, o projeto de Vanessa
Grazzotin previa somente a aumento da
pena do crime de estupro comum. O texto
votado no Senado foi apresentado por Si-
mone Tebet em 2015, após um estupro co-
letivo sofrido por quatro adolescentes no
Piauí. Uma das vítimas morreu.

REFORÇO NO POLICIAMENTO

Também ontem, o governo federal anun-
ciou que planeja pagar diárias a policiais
de todos os estados do país, durante perí-
odos de folga, para reforçar a segurança
em áreas marcadas pela violência contra a
mulher e por homicídios. O projeto foi di-
vulgado pelo ministro da Justiça, Alexan-
dre de Moraes, após uma reunião com se-
cretários de Segurança em Brasília. Ele
não definiu, porém, um prazo para o iní-
cio da ação ou o montante de recursos
que será empregado.

De acordo com Moraes, o dinheiro
sairá do orçamento da Força Nacional
de Segurança Pública e será repassado
aos estados por meio de convênios. O
programa não se restringirá aos polici-
ais que fazem patrulhamento: agentes
responsáveis por investigações tam-
bém poderão ingressar nele.

O ministro informou que é preciso espe-
rar que os estados mandem para Brasília
suas estatísticas de crimes, mostrando on-
de será preciso implantar o projeto e indi-
cando qual o efetivo necessário. No Rio,

Fonte: ISP, Dados 2015

estatísticas de 2015 apontam que a Zona
Oeste concentra o maior número de casos
de estupro. Foram 705, de um total de
1.610 registrados em toda a cidade.

Moraes disse ainda que o governo fede-
ral encaminhará aos estados, até o fim
desta semana, uma sugestão de protocolo
unificado de atendimento às mulheres ví-
timas de violência, para que elas não se in-
timem na hora de denunciar os crimes.
Além disso, o governo federal pedirá auxí-
lio aos conselhos nacionais de Justiça
(CNI) e do Ministério Público (CNMP) pa-
ra que façam chegar aos policiais nas ruas
informações sobre todas as medidas pro-
téticas vigentes, como as que obrigam o
agressor a ficar distante da vítima.

SECRETÁRIA É CONTRA O ABORTO

A socióloga e ex-deputada federal Fátima
Pelaes é a nova secretária nacional de Polí-
ticas Para as Mulheres. De perfil diferente
das últimas ocupantes do cargo, ela é con-
tra o aborto mesmo em casos de estupro.
Em relato na Câmara, em 2010, ela revelou
que é fruto de uma violência sexual: sua
mãe engravidou na prisão depois de ser
violada. Já foi a favor do aborto, mas se
tornou evangélica e mudou de opinião.

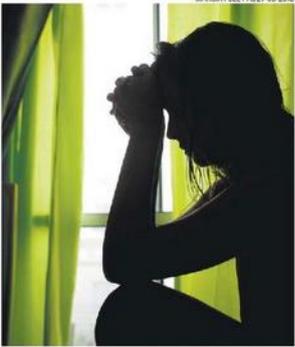
— Eu já estive nesta comissão defen-
dendo (o direito ao aborto). Mas eu preci-
sava ser trabalhada, ser curada, eu não
conseguia falar sobre isso... Hoje eu posso
— afirmou Fátima, em 2010. ●

VÍTIMA DÁ ADEUS

Outra vida, outra cidade, outro nome

Incluída em programa de proteção, jovem impressiona secretário pela vontade de recomeçar

MÁRCIA FOLETTI/27-05-2016



A jovem de 16 anos que foi vítima de um estupro coletivo agora vive a muitos quilômetros de distância do Rio. Incluída, com sua família, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM) do Ministério da Justiça, ela deixou a cidade com semblante sereno, "olhando nos olhos das pessoas na hora de conversar e sem baixar a cabeça", segundo o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Paulo Melo. Agora, além de um novo endereço, ela ganhará até um outro nome.

— Ela está consciente de tudo, sabe do risco que cor-

A adolescente. Endereço, agora, é mantido sob sigilo

ria aqui, no Rio. Vinha sendo ameaçada pelas redes sociais, inclusive por gente de fora do estado. A família estava com medo de uma vingança por parte dos traficantes. O programa de proteção não foi imposto, foi uma opção dela — disse Melo.

O secretário afirmou ainda que se impressionou "com a disposição dela de recomeçar a vida, de ir embora":

— Conversamos por quase uma hora. Ela é muito articulada. É uma pessoa firme, bonita. Olha nos olhos, não baixa a cabeça. É possível perceber que leva uma tristeza, uma preocupação. Mas tem tudo para recomeçar a vida, e me pareceu que realmente quer isso. ●

Fonte: O Globo. Edição do dia 1º de junho de 2016.

Essas imagens contribuíram para a construção de uma figura perturbada, traumatizada, que desperta pena e indignação nos leitores. Como o jornal vê a necessidade de acusar e punir os estupradores, as fotos dos suspeitos são publicadas na íntegra, com os rostos à mostra, em contraste com as imagens da vítima. Antes mesmo de os suspeitos serem condenados pela justiça, eles foram condenados pelo jornal, reforçando aqui que o tempo do jornalismo é um, ou seja, mais rápido, enquanto o da justiça é outro.

Figura 5 – Um dos suspeitos do crime tem seu rosto mostrado

Polícia agora diz ter prova de estupro

Adolescente de 16 anos foi incluída em programa de proteção federal

Ameaçada pelo tráfico, a adolescente de 16 anos, que denunciou ter sofrido estupro coletivo, entrou para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e deve deixar o Rio. Ontem, dois acusados foram presos, o jogador de futebol Lucas Perdomo, de 20 anos, e Rai de Souza, de 22 anos. Após críticas à atuação da polícia, que na semana passada afirmava não ter indícios para pedir a prisão dos suspeitos, a delegada que assumiu o caso, Cristiana Bento, disse ontem estar convencida de que houve estupro, que só não sabe "se foram cinco, dez ou 30 (estupradores)". O laudo pericial não comprovou violência sexual ou física. **PÁGINAS 10 e 11**



Bolsa Família: R\$ 2,5 bilhões sob suspeita

Investigação do MPF identificou suspeitas de irregularidades no pagamento de R\$ 2,5 bilhões do Bolsa Família em 2013 e 2014, referente a 1,4 milhão de beneficiários. Cruzamento de dados identificou no cadastro morto, pessoas com dois CPFs, donos de campanha e empresários. **PÁGINA 9**

Brasil perde ainda mais competitividade

O Brasil caiu para 57º lugar no ranking global de competitividade da escola de negócios IMD. Agora, o país só está à frente de Mongólia, Ucrânia, Croácia e Venezuela. **PÁGINA 21**

Latam deixa de voar de Chile e Brasil para Venezuela **PÁGINA 22**

SEGUNDO CADERNO PRÊMIO CAMÕES

Rafael Nassar leva a principal premiação da língua portuguesa.

FAÇA VOCÊ MESMO Programas com dicas de obra e decoração são sucesso na TV.

SOCIEDADE

Pesquisa: 35% da Grande Barra de Corais, na Austrália, estão mortos. **PÁGINA 25**

Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 4,00 • Circula com esta edição Segundo Caderno

Fonte: O Globo. Edição do dia 31 de maio de 2016.

Figura 6 – Suspeitos identificados têm seus rostos exibidos no jornal



Fonte: O Globo. Edição de 31 de maio de 2016.

Figura 7 – Fotos dos sete suspeitos identificados



Fonte: O Globo. Edição de 1º de junho de 2016.

Figura 8 – Foto de acusado de tirar “selfie” com a vítima nua e desmaiada



Fonte: O Globo. Edição de 2 de junho de 2016.

Apenas em 1º de junho, dia da publicação da terceira imagem, houve a confissão de alguns dos suspeitos, e, no dia 2, o responsável pela selfie que exhibe a adolescente desacordada se entregou. Ainda assim, o jornal optou por mostrar os rostos dos suspeitos já no dia 31 de maio, quando eles ainda prestavam depoimento.

Outra imagem da exploração do assunto pelo periódico, na tentativa de buscar indícios de verdade para o caso, é a publicação da cama onde a jovem teria sido violentada no mesmo dia 1 de junho. Ou seja, o mal existe e ele tem um local específico. Ele fica no “alto do morro”, conforme aparece no título acima da cama. A imagem não tem apenas o papel de situar o leitor, mas de espetacularizar ainda mais o caso, alimentando a curiosidade da população para visualizar o quarto onde tudo aconteceu.

Figura 9 – Cama onde teria acontecido o estupro



Fonte: O Globo. Edição de 1º de junho de 2016.

Imagens de protestos e manifestações também foram muito utilizadas (28/05, 29/05, 30/05, 31/05 e 2/06), ainda que esse não fosse o assunto central das matérias. Em pelo menos duas ocasiões, os atos representaram apenas um pequeno parágrafo da reportagem, mas tiveram fotos publicadas em destaque ou até mesmo na capa dos jornais. É importante destacar que a grande maioria desses textos apenas citou que ocorreram manifestações, sem dar voz às entidades e coletivos feministas por trás delas. Os locais onde ocorreram os protestos também não foram sempre citados, tendo sua identificação resumida a expressões como “pelo Brasil”. Em uma notícia, uma das manifestantes é identificada como uma “outra vítima de estupro”, e em outra, é identificada uma ONG de mulheres evangélicas, que, devido a suas ideologias mais conservadoras, não representa os ideais das mulheres feministas como um todo. As imagens de cartazes, rostos pintados e corpos “ensanguentados” foram amplamente usadas por serem dramáticas e chamarem a atenção dos leitores para o fato de que aquele assunto é importante, pois rende controvérsias e protestos. Concluimos, entretanto, que essas mulheres têm sua imagem explorada sem ter voz nas matérias publicadas.

Figura 10 – Manifestação contra casos de estupro

BRASIL E RIO. O estupro de uma jovem de 16 anos, atacada por mais de 30 homens numa favela na Praça Seca e exposta em vídeo divulgado na internet, revoltou milhões de pessoas no Rio, no Brasil e no exterior. O caso já está sendo tratado como símbolo da luta para mudar uma realidade cruel: segundo estimativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base em informações das secretarias estaduais de Segurança, apenas 35% desses crimes são registrados nas delegacias em todo o país. Para piorar, a impunidade é grande. No Rio, dados do Ministério Público mostram que, em 2014, foram registrados 4.725 estupros no estado. No entanto, apenas 6% dos casos (um total de 286 inquéritos) viraram ação penal na Justiça.

Para a promotora Lúcia Illoizio, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica Contra a Mulher, entre as razões para a subnotificação, estão a vergonha que a vítima sente e o medo que ela tem do agressor — muitas vezes, um parente ou conhecido.

— É um crime hediondo, em que a vítima sente muita vergonha de ter seu sofrimento exposto. Isso acaba dificultando a apuração e contribuindo para a impunidade.

Revoltada com o caso da adolescente, Lúcia acha que o crime deve se tornar símbolo da luta para acabar com a violência contra a mulher:

— Vamos acompanhar o caso de perto, ajudando o promotor responsável no que for necessário, para que esse crime seja devidamente apurado e todos os envolvidos, punidos. Essa reação da população é muito importante e positiva. Vamos transformar isso numa grande campanha para mudar essa realidade.

DELEGADA DEFENDE CAMPANHAS
Ainda no Rio, a diretora da Divisão Policial de

SU. Os dados usados são do sistema de notificação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Segundo o estudo, houve 198.036 atendimentos de mulheres vítimas de violência em 2014, dos quais 23.630 (11,9%) foram motivados por violência sexual, ficando atrás apenas de violência física (48,7%) e psicológica (23%). As adolescentes foram as mais atendidas: 9.356 casos, 39,17% do total de registros de agressão sexual que chegaram ao SUS. Em seguida, vieram as crianças, com 7.920 atendimentos (33,52%).

CRIANÇAS SÃO AS MAIS ATINGIDAS
Proporcionalmente, são as crianças as mais afetadas pela violência sexual. Entre elas, 29% dos atendimentos no SUS foram por esse motivo. Entre as adolescentes, o índice ficou em 24,2%, atrás apenas da violência física (40,9%). Os números já impressionam, mas são parciais, segundo explicou o autor do levantamento.

— Essa é a ponta do iceberg. São mulheres que recorrem a um posto de saúde porque a situação já estava séria, grave. Havia sangramento ou o risco de ter contraído Aids — disse Jacobo.

Dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nas secretarias estaduais de Segurança corroboram a avaliação de Jacobo. Segundo a entidade, foram registrados 47.646 estupros em 2014 — uma redução de 6,7% na comparação com 2013. Em números absolutos, o estado de São Paulo, o mais populoso do país, foi onde ocorreram mais casos (10.026). Proporcionalmente, o pior índice foi o de Roraima, o estado menos populoso (55,5 estupros e 10,5 tentativas por cem mil habitantes). A menor taxa foi a do Espírito Santo: 6,1 por cem mil. No Estado do Rio, foram 5,676 registros, ou 34,5 por cem mil habitantes.

Indignação. Grupo protesta no Palácio Tiradentes, no Centro, contra violência; movimento reivindica punição

Fonte: O Globo. Edição de 28 de maio de 2016.

Figura 11 – Varal de roupas “ensanguentadas” em protesto contra violência sexual

10 O GLOBO **Rio** Domingo 29.5.2016

BARBÁRIE COLETIVA

Investigação sob polêmica

Advogada de vítima de estupro quer afastamento de delegado, que a acusa de atrapalhar investigação

Manifestação. Roupas sujas de “sangue” ficaram estendidas em um varal montado na Praia de Copacabana, na manhã de ontem; protesto contra o estupro de adolescente

CLARA COSTA, GABRIELA OLIVEIRA e GUSTAVO REINALDO
gustavo@oglobo.com.br

A investigação do caso da adolescente de 16 anos que foi vítima de um estupro coletivo semana passada no Morro São José Espíritos, na Praça Seca, viveu motivos de polêmica. A advogada da jovem, Eliana Sump, disse ontem que pediu à Secretaria estadual de Segurança o afastamento do responsável pela investigação, Alessandro Thiers, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI). Ele acusou o delegado de tentar “criminalizar a vítima”. Thiers se defendeu dizendo que a advogada está querendo “brogear” seu trabalho. Para especialistas consultados pelo GLOBO, o caso não deveria estar sendo investigado pela DRCI.

agido dele. Cláudio Lédico, disse que, em depoimento na DRCI, seu cliente confessou ter gravado o vídeo, mas afirmou a divulgação das imagens pela internet foi feita por um outro rapaz.

Alexandro Thiers rebatou as críticas e disse que a investigação do caso é técnica.

— A Chiefa da Polícia Civil está sabendo de tudo. A investigação é técnica. Tudo que está sendo levantado tem coerência. Ela (a advogada) está querendo brogar a investigação, quando, na verdade, estamos fazendo um trabalho sério. Ela, inclusive, já foi presa pela DRCI.

Todos os fatos estão sendo investigados. O que não foi passado até agora é porque ainda não há conclusão — afirmou o delegado.

PONTOS POLÊMICOS

CLARA A advogada Eliana Sump diz que cobrou Alessandro

— A viralização do vídeo é um delito posterior. Esse deve ser apurado pela especializada em crimes de informática.

Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Rio e ex-chefe da Polícia Civil, a deputada Marinha Rocha (PDT) concordou que a DCRV deveria comandar toda força-tarefa para apurar o estupro coletivo. A DRCI, na opinião dela, deveria dar suporte à investigação.

— Ele (Alessandro Thiers) não tem que apurar o estupro, mas os crimes nos meios sociais. Se o crime principal é o estupro, a investigação tem que ser da DCRV. Também sinto falta de policiais, feministas ou masculinistas, da Delegacia de Atendimento

Perfil

ALESSANDRO THIERS
Um delegado acostumado a ficar sob holofotes

Policial conduziu casos de repercussão e já prendeu a advogada que o critica

Sob o prisma de que Alessandro Thiers Farias Almeida, de 41 anos, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) desde 2014, está à frente de um caso de grande repercussão. Ele conduziu, por exemplo, o inquérito policial sobre ações de vandalismo planejadas por black blocs durante as manifestações de 2013. Agora, o destino que o delegado virou a ser encabeçado com seu caso de investigação daquele caso: a advogada Eliana Sump.

Dois anos atrás, Thiers chegou a prender Eliana por suposto envolvimento em planos de vandalismo — em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, ela teria orientado dois ativistas procurados pela polícia a fugir. Agora, vil a antiga disputa coloca em questão sua capacidade de apurar o estupro coletivo.

Acostumado a aparecer na TV, Thiers é tratado por muitos na Polícia Civil como um galã. Ele já teve um relacionamento com uma filha do ex-secretário estadual de Segurança Iolana Quintal. Atualmente, enquanto ainda em depoimento da vítima e dos suspeitos de envolvimento no estupro, sua filha, uma empregada, o aguarda em delegacia. Alguns colegas disseram, brincando, que “a marção está comendo”.

Na DRCI, Thiers conduziu outros casos que tiveram notícia, incluindo

Fonte: O Globo. Edição de 29 de maio de 2016.

Figura 12 – Manifestação em Brasília

RIO E BRASÍLIA. A polémica que envolveu a investigação de um estupro coletivo sofrido semana passada por uma adolescente de 16 anos levou o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, a transferir o inquérito sobre o caso. Ontem, a apuração saiu da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) e chegou às mãos de Cristiana Bento, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Víti-ma (DCAV). No fim de semana, o titular da DRCL, Alessandro Thiers, trocou acusações com a então advogada da jovem, Eloísa Samy, afastada ontem do caso a pedido da família da menina, que foi incluída no Programa de Proteção à Criança e Adolescente. Também ontem, em entrevista à Rede Globo, Veloso disse que o laudo do exame de corpo de delito, quase pronto, poderá surpreender:

— Não há vestígio de sangue nenhum que se possa perceber pelas imagens que foram registradas (um rapaz filmou a jovem nua, desacobrada). Eles (peritos) já estão antecipando, alinhando algumas conclusões quanto ao emprego de violência, quanto à coleta de espermatozoides, quanto a práticas sexuais que possam ter sido praticadas com ela ou não. Então, o laudo vai trazer algumas respostas que, de certa forma, vão contrariar o senso comum que vem sendo formado por pessoas que sequer assistiram ao vídeo.



Protesto. Parte das centenas de mulheres que fizeram, em Brasília, uma manifestação contra casos de estupro

Sobre a transferência do inquérito para a DCAV, Veloso afirmou que o objetivo é garantir a imparcialidade da investigação:

— Em razão desse elevado desgaste que o delegado (Alessandro Thiers) está tendo, a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima ou não. Até para tentar preservar o delegado e garantir a imparcialidade da investigação, para que a gente não tenha que enfrentar discussão sobre a investigação ser conduzida de forma imparcial.

Especialistas consultados no sábado pelo GLOBO disseram que o caso deveria estar, desde o início, sob a responsabilidade da DCAV. No mesmo dia, Eloísa Samy acusou Thiers de tentar "criminalizar a vítima". Segundo ela, o delegado perguntou à adolescente se ela tinha o hábito de fazer sexo em grupo. Ele se defendeu dizendo que a advogada queria "banguçar" seu trabalho. O chefe da Polícia Civil não quis se aprofundar sobre a polémica:

— A gente entende que, ainda que o delegado estivesse buscando o melhor caminho para esclarecer os fatos, a doutora Cristiana conta com essa habilidade (de tratar com crianças e adolescentes vítimas de crimes), além de ter o mesmo conhecimento que o doutor Alessandro. Ela é tão competente quanto ele. São dois excelentes delegados.

O Ministério Público estadual pediu uma avaliação da atuação de Thiers durante o depoimento da jovem na DRCL, para saber se ele infringiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ontem, um protesto contra casos de estupro no país reuniu 1.500 manifestantes em Brasília. O prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) foi pichado e manifestantes montaram um varal de calcinhas. Policiais usaram gás de pimenta para dispersar um grupo que derrubou as grades que cercam o edifício para depositar flores aos pés da estátua que simboliza a Justiça. ●

Fonte: O Globo. Edição de 30 de maio de 2016.

Figura 13 – Protesto de moradores da comunidade negando que houve estupro

em programa de proteção

Moradores da Praça Seca fazem, por suposta ordem do tráfico, manifestação negando estupro

CARINA BACELLAR
carina.gomes@oglobo.com.br

VERA ARADO
varaajo@oglobo.com.br

Pouco mais de uma semana depois de ter sofrido um estupro coletivo, a vítima, uma menina de 16 anos, deve deixar o Rio, junto de sua família, em busca de segurança. A adolescente recebeu ameaças de morte de traficantes que comandam o crime na comunidade onde ela foi violentada. Ontem, a jovem foi incluída no Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PP-CAM), do Governo Federal. A família está sob escolta policial e saiu de casa para ficar em um local considerado seguro pelas autoridades.

Ontem, a jovem esteve na sede da Secretaria estadual de Direitos Humanos e conversou com o titular da pasta, Paulo Melo. A família também foi atendida por psicólogos. De acordo com a subsecretária de Direitos Humanos, Andrea Sepúlveda, o órgão detectou a ameaça de morte na última quinta-feira, quando começou o contato com a família.

— Nós avaliamos essa ameaça altíssima de quinta para sexta-feira. Sabemos a necessidade de o crime ser investigado e de a menina ter acesso a todos os órgãos, mas estamos muito preocupados com a segurança dela. Detectada a ameaça, nós imediatamente iniciamos os procedimentos para incluir ela e a família no programa de proteção — explicou Andrea.

RECOMEÇO LONGE DO RIO
Segundo ela, o programa dura cerca de dois anos. Fora da cidade, será fornecida à família assistência jurídica, social e psicológica. Andrea revelou



Protesto. Moradores de favela onde o crime ocorreu dizem que não houve estupro. O grupo, que teria sido orientado por traficantes, foi dispersado pela PM

que a família se mostrou disposta à mudança:

— A família está disposta a recomeçar a vida. Segundo a equipe técnica, é provável que ela vá para outro estado.

O programa que assistirá a família é majoritariamente pago por um convênio com o governo federal. Anualmente, no Rio, o programa custa R\$ 1,4 milhão, sendo R\$ 200 mil provenientes do estado, e o restante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça. Segundo o secretário Paulo Melo, a crise financeira fluminense não afeta a quantia destinada ao programa:

— A secretaria vai ajudar com toda a proteção, executando o convênio que nós temos.

No Rio para conhecer o sistema de segurança para os Jogos Olímpicos, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, também comentou a inclusão da adolescente no programa.

— Estive aqui na semana passada para conversar com o secretário de Segurança do Rio sobre a questão do estupro coletivo. Hoje, ele informou que o caso está praticamente esclarecido e que seis prisões temporárias já foram decretadas. Ou seja, as autoridades do Rio estão dando sequência às investigações. Do ponto de vista do governo federal, nós vamos botar a

adolescente no programa de proteção à testemunha — disse o ministro.

Na manhã de ontem, motociclistas e moradores do Morro do Barão, na Praça Seca, fizeram um protesto na Rua Cândido Benício, em frente à estação do BRT da Praça Seca, na Zona Oeste. Com cartazes afirmando que não houve estupro, e sim orgia, no caso da menina estuproada por 33 homens, os manifestantes, que teriam sido orientados pelo tráfico local, chegaram a interditar a Rua Cândido Benício, uma das principais do bairro. A Polícia Militar dispersou o grupo usando spray de pimenta. O trânsito ficou tumultuado na região.

— Foi uma confusão. A polícia chegou e lançou muito gás de pimenta. Os manifestantes tentaram invadir a estação — afirmou o passageiro Marco Torres, que passou pelo ato.

MORADORES CONVOCADOS
Em um áudio, que está sendo compartilhado pelo aplicativo WhatsApp, um suposto traficante diz que moradores foram convocados para participarem do protesto.

— É ordem superior, parceiro. O mano mandou a gente ir no protesto — dizia uma voz masculina, na mensagem, que circulou ontem entre moradores do bairro. ●

Fonte: O Globo. Edição de 31 de maio de 2016.

Figura 14 – Manifestação pelo fim da cultura do estupro, no Centro do Rio

Delegada diz que depoimento de acusado foi esclarecedor e descarta acareação entre os três envolvidos

GISELLE OUCHANA E
VERA ARAÚJO
granderio@oglobo.com.br

O terceiro suspeito do estupro coletivo da jovem de 16 anos já está preso. Ele é o homem que fez uma selfie ao lado da vítima nua e desacordada. Raphael Assis Duarte Belo, de 41 anos, entregou-se ontem, admitindo que fez a foto, mas negando o estupro. A titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (Dcav), Cristiana Bento, que investiga o caso, pretende voltar ao Morro da Barão, na Praça Seca, onde ocorreu o crime, mas não fará a reconstituição com a vítima, para não expor a vida dela, nem constrangê-la. Assim que essas etapas da investigação forem concluídas, Belo e outros dois suspeitos do crime — o jogador Lucas Perdomo Duarte Santos e o lutador Rai de Souza — devem ser levados para um presídio no Complexo de Gerició. Eles estão presos temporariamente por 30 dias.

Segundo a delegada, a prisão de Belo foi importante para esclarecer algumas contradições: — Hoje (ontem) foi um dia esclarecedor e positivo. A gente sanou muitas contradições. Entendemos a dinâmica dos fatos e não foi necessária a ac-



Indignação. Centenas de mulheres participam de protesto no Centro do Rio pedindo "o fim da cultura do aborto"

reação entre os suspeitos.

A perícia no colchão apreendido anteontem na casa onde houve o estupro, conhecida como "abatedouro", foi descartada. Para a delegada, o exame não iria acrescentar nada às investigações. Cristiana Bento lamentou não poder contar com a presença

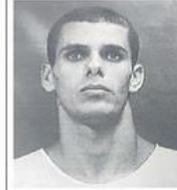
da vítima para prestar alguns esclarecimentos, em decorrência de ela ter entrado para o Programa de Proteção à Testemunha. No entanto, ela entende que houve a necessidade de dar prioridade à segurança da adolescente.

— Ela reconhece poucas pessoas e não vai poder participar

das investigações, por exemplo. Mas ela está recebendo proteção — disse a delegada.

Antes de se entregar, Raphael Belo divulgou uma carta, publicada no perfil do Facebook "Jacarepaguá Notícias RJ", dando sua versão sobre o caso. No texto, ele afirma que, ao passar por um be-

SUSPEITO



RAPHAEL BELO.

O acusado, um dos mais velhos do grupo, com 41 anos, aparece em uma foto rindo e fazendo uma selfie com a jovem nua e desacordada atrás dele. Ele mora no Morro da Barão, onde ocorreu o estupro, e é dono de um lava-jato na comunidade. É pai de três filhos.

se mexer e acordou. Aí, paramos e fomos embora. Não ficamos mais do que o tempo da gravação dentro da casa". O relato dele desmente o de Rai, que negou ter filmado a jovem nua.

Na carta de seis páginas postada na rede, Belo conta ainda que não olhou para a mulher (a vítima) e diz que, três dias depois, enquanto almoçava, um carro parou em frente ao local onde estava, na Praça Seca, e deixou a mulher desacordada na calçada. Era justamente a adolescente que estava na casa abandonada no alto do morro. Ele relata que soube se tratar da jovem porque moradores lhe contaram. Afir- mou ainda que decidiu socorrê-la, levando-a inclusive para a casa dos pais dela: "eu não a reconheci, pois estava limpa, arrumada e com os cabelos penteados".

PROTESTO DE MULHERES

Ontem, cerca de mil mulheres fizeram uma manifestação, no Centro do Rio, contra os estupros. Com cartazes e instrumentos musicais, elas gritavam palavras de ordem. O ato, pacífico, foi acompanhado pela Polícia Militar e teve como motivação o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos em uma comunidade na Zona Oeste. ●

Fonte: O Globo. Edição de 2 de junho de 2016.

O Globo, na edição do dia 31 de maio, também utiliza as imagens do delegado da Delegacia de Crimes de Internet, o primeiro a assumir o caso, e da delegada titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima, que assumiu posteriormente as investigações. Esse recurso ofereceu um contraste entre as ideologias e falas dos dois, contribuindo para a espetacularização da história com dois personagens antagonistas. Enquanto eles são as principais peças dessa narrativa, a vítima é colocada em segundo plano. A imagem do delegado Alexandre Thiers já havia sido utilizada antes, no dia 29 de maio, quando o jornal fez uma espécie de "perfil" sobre os casos em que ele havia trabalhado, e até mesmo sobre sua vida pessoal. Desde o início, ele foi compreendido como um personagem importante, característica que permaneceu mesmo após seu afastamento do inquérito.

Figura 15 – Perfil sobre o delegado Alessandro Thiers

Dois anos atrás, Thiers chegou a prender Eloísa por suposto envolvimento em planos de vandalismo — em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, ela teria orientado dois ativistas procurados pela polícia a fugir. Agora, vê a antiga desafeta colocar em questão sua capacidade de apurar o estupro coletivo.

Acostumado a aparecer na TV, Thiers é tratado por muitos na Polícia Civil como um galã. Ele já teve um relacionamento com uma filha do ex-secretário estadual de Segurança Josias Quintal. Anteriormente, enquanto ouvia os depoimentos da vítima e dos suspeitos de envolvimento no estupro, sua noiva, uma empresária, o aguardava na delegacia. Alguns colegas disseram, brincando, que "a marcação está cerrada".

Na DRCI, Thiers conduziu outros casos que viraram notícia. Recentemente, ele assumiu os inquéritos que investigam ataques racistas pelas redes sociais contra a atriz Thais Araújo e a cantora Ludmilla. Ele também foi titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM). ●

GABRIEL DE FRAVATO/29.05.2016



Titular. Thiers está na DRCI desde 2014

Fonte: O Globo. Edição de 29 de maio de 2016.

Figura 16 – Divergência de opiniões entre delegados

“A polícia está investigando. Só o exame de corpo de delito não vai caracterizar se houve o estupro ou não, porque ela pode ter tido relações sexuais consentidas, e aí não seria estupro”

Alexandre Thiers
Delegado titular da DRCI, em entrevista na última sexta-feira



GABRIEL DE FRAVATO/29.05.2016

“A minha convicção é que houve estupro. Está no vídeo. Essa menina foi vítima de violência sexual. Quero agora provar a extensão desse estupro. Se foram 5, 10 ou 30”

Cristiana Bento
Delegada titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav), ontem



GABRIEL DE FRAVATO/29.05.2016

Fonte: O Globo. Edição de 31 de maio de 2016.

Há também uma imagem cujo uso representa uma exceção a essa séria de matérias, por ser meramente ilustrativo. No dia 2 de junho, uma matéria sobre a falta de recursos para o funcionamento de delegacias especializadas e casas da mulher no estado do Rio de Janeiro teve como foto a fachada de uma dessas instituições.

Figura 17 – Fachada de Centro de Atendimento à Mulher onde faltam recursos

Crise financeira prejudica atendimento a mulheres no Rio

Dos quatro centros do estado, apenas um está funcionando regularmente

CARINA BACELAR
carina.gomes@oglobo.com.br

Em 2015, 900 mulheres procuraram a Casa da Mulher de Manguinhos, centro mantido pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos para vítimas de violência. Em 2016, será improvável que a marca seja alcançada. Fechado há três meses, o local sofreu três ataques de criminosos desde o início do ano. Sem terceirizados da segurança e sem condições de reabrir, em um território que voltou a ser dominado pelo tráfico, a unidade in-

teira será transferida para uma das salas do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania de Manguinhos, na Avenida Leopoldo Bulhões.

A agonia da Casa da Mulher de Manguinhos é o exemplo mais grave da precariedade que atinge toda uma rede de assistência. Com a crise estadual, os repasses secaram para os profissionais dos centros, como psicólogos e assistentes sociais. Há cinco meses, eles não recebem salários, vinculados a um contrato da secretaria com a Uerj. Dos quatro centros de atenção à mulher, apenas um está funcionando com regularidade (o Márcia Lyra, no Centro).

Dois centros na Baixada Fluminense — um em Queimados e um em Nova Iguaçu — operam com revezamento de funcionários para prestar atendimentos. Em janeiro deste ano,

O GLOBO revelou os problemas financeiros da rede. De lá para cá, nada melhorou.

A Casa da Mulher de Manguinhos teve suas instalações depredadas pela primeira vez no dia 4 de janeiro. Vândalos levaram computadores, eletrodomésticos e quebraram janelas. O ataque, atribuído a traficantes e usuários de drogas, foi comunicado à Polícia Civil. O local chegou a reabrir, mas, por falta de segurança, fechou as portas no início de março. Mesmo sem expediente, sofreu furtos e depredações em mais duas ocasiões: uma no dia 28 de março e, a última, no dia 17 de maio.

A Secretaria chegou a ter uma empresa de vigilância atuando nos postos de atendimento à mulher, mas o contrato foi encerrado por falta de repasses do Tesouro Estadual, segundo a subse-



Sem recursos. Mesmo há cinco meses sem receber, funcionários do Centro Márcia Lyra continuam trabalhando

cretária de Política para as Mulheres, Marizete Ramos.

— A gente está fazendo o possível para que esses atendimentos continuem — declarou ela, afirmando que a secretaria vai correr atrás de um novo contrato de segurança.

Já os cerca de 150 funcionários que estão sem receber ainda não

sabem quando a penúria acaba. O contrato anual com a Uerj chegou a vencer em dezembro do ano passado, e só foi renovado em março deste ano, depois que o pastor Ezequiel Teixeira (PMB) deixou a pasta, no fim de fevereiro, após suas declarações em entrevista ao GLOBO repercutirem. Desde então, a secretaria vem

sendo comandada por Paulo Melo (PMDB), mas o problema da falta de dinheiro continua: — Está muito difícil — admitiu o titular da pasta.

A Secretaria de Fazenda informou que os pagamentos serão realizados “o mais rapidamente possível, dependendo da disponibilidade de recursos.”

Fonte: O Globo. Edição de 2 de junho de 2016.

4.4 FONTES OUVIDAS E FONTES AUSENTES

É perceptível o perfil “oficial” do jornal ao avaliarmos os entrevistados das matérias. Em sua maioria, as fontes ouvidas são da polícia (delegados, boletim de ocorrência, chefe da polícia civil), jurídicas (advogados, membros da OAB, promotora), especialistas (perita do IML, estatísticas, sociólogo, “especialistas consultados pelo Globo”, antropóloga) e políticos (governador, deputados, senadores, secretários/subsecretários, ministro de justiça). Durante toda a semana analisada, as fontes oficiais representaram a maioria nas publicações. Apesar de algumas delas, como a antropóloga, o sociólogo, um deputado e os membros da OAB, abordarem causas ligadas aos direitos humanos e à violência contra a mulher, essas discussões e comentários não são aprofundados dentro das reportagens.

Outro tipo de fonte bem explorado foi a “testemunha”. No caso, a própria vítima e alguns dos criminosos, além de familiares da adolescente, que acompanhavam de perto sua reação e seu modo de agir após o estupro, foram entrevistados ou tiveram seus depoimentos transcritos de alguma forma em *O Globo*. Esses entrevistados, provavelmente, foram menos utilizados que as fontes oficiais por terem menor notoriedade e credibilidade. Há também a

possibilidade de que algumas entrevistas contribuam para uma imagem negativa do jornal, que pode sofrer até processos. Ainda assim, esses personagens foram bem explorados por seu valor apelativo e dramático, como vemos nas entrevistas com o pai e a avó da vítima, por exemplo. Eles deram informações pessoais, como o fato de ela não ter se alimentado direito após a grande repercussão do crime, e o modo como reagiram ao ver as fotos e os vídeos da adolescente sendo violentada. Os autores também tiveram suas palavras registradas, sendo que um deles chegou, de fato, a dizer que “Errada era ela (a garota)”, por ter ido até a favela e frequentar bailes funk. Outro disse que a adolescente estava consciente durante o “ato”, e que até pediu camisinha.

Fontes “populares” são muito pouco utilizadas. Uma delas foi a já citada vítima de estupro que participava de uma manifestação. Outro caso foi o depoimento de um transeunte que passava pela Zona Oeste do Rio, local onde acontecia o protesto que negava a ocorrência de crime, alegando que o sexo havia sido consentido. O motivo da ausência desses entrevistados pode ser, novamente, baseado na credibilidade. Entretanto, o que compreendemos é que não é do interesse do jornal dar visibilidade às lutas feministas, por exemplo. *O Globo* segue a linha dos jornais chamados de “referência”, priorizando informações oficiais e o discurso de punição para os criminosos.

Outros motivos também podem ter influenciado no fato de as fontes oficiais terem sido as prioritárias. Um deles é o fato de os jornais se resguardarem para evitar serem alvos de futuros processos, já que, no caso de reproduzir falas de fontes oficiais, eles vão atribuir a elas a culpa pelo que está escrito. Assim o veículo vai procurar se resguardar o máximo possível, além de seguir a sua linha editorial. Também é verdade que nem sempre há veículos e equipes disponíveis para a realização de pautas externas, na comunidade, por exemplo. Afinal, a polícia pode ser facilmente alcançada por telefone, mas um morador disposto a dar entrevista, não. Existe a possibilidade de os profissionais temerem ir até a favela e, ainda que os jornalistas não tivessem esse pensamento, provavelmente alguns moradores e traficantes iriam hostilizar a presença da imprensa na comunidade. Obviamente que conta o interesse maior do jornal em fazer apostas em algumas matérias e na forma que quer olhar para determinados assuntos.

Enquanto o assunto fica praticamente restrito ao campo policial e jurídico, há claramente um silenciamento dos setores de direitos humanos, de representantes de movimentos sociais, de líderes da própria comunidade onde a violência aconteceu, de organizadores do baile funk ocorrido naquele dia e de pessoas comuns que conviviam e

convivem no local onde ocorreu o crime. Desta forma, por meio das fontes que escolheu, o jornal desenha um tipo de realidade, que será passada para seus leitores.

5 CONCLUSÃO

Após a análise das reportagens de *O Globo*, vimos que um dos discursos que mais chama a atenção no jornal é o da punição. Tema principal em pelo menos quatro matérias no período de uma semana, o periódico conversa com especialistas que afirmam que a taxa de impunidade em casos de estupro é alta, não somente porque a maioria das vítimas não denuncia o abuso. Dos casos que foram à justiça no estado do Rio de Janeiro em 2015, apenas 6% terminaram com a prisão dos autores. Para que o caso da adolescente, então, não se tornasse apenas mais um, houve uma pressão por parte da mídia e da população para que os criminosos fossem gravemente punidos. E, ao contrário da maioria dos crimes, no período inferior a uma semana, alguns suspeitos já estavam identificados, presos e com suas identidades e rostos divulgados no veículo de comunicação.

O jornal, inclusive, pede que essa pena “vá além” da mera punição, posicionamento que o governador em exercício do Rio na época, Francisco Dornelles, declara de forma explícita quando diz que, se dependesse dele, a pena seria de morte. Como visto durante o estudo, um projeto de lei que aumenta a pena em um terço para estupros cometidos por duas ou mais pessoas foi votado e aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados. O Governo Federal, em pronunciamento, também prometeu maior policiamento e atenção a esse tipo de crime. Dessa forma, podemos ver que o jornal teve um importante papel no aumento da punição para esses casos.

Em contraste a esse viés que foi tão explorado pelo *Globo*, o periódico não foi tão enfático em discussões de cunho social, que foram deixadas de lado apesar da presença de fontes especialistas em sociologia e direitos humanos, e da possibilidade da realização de maiores entrevistas com militantes do feminismo e moradores da comunidade onde ocorreu o crime. Algumas questões interessantes foram levantadas esporadicamente por um ou outro entrevistado, como o fato de que a vítima estava sendo culpabilizada e julgada por seu comportamento de “adolescente problema”, tratamento temido por várias outras meninas e mulheres, que preferem não levar seus casos à justiça; ou ainda o fato de que o investimento na educação, com campanhas e ações de repúdio à violência, poderia representar uma alternativa ao agravamento da punição para estupradores, que já consiste em uma das maiores penas do Código Penal.

Mesmo que *O Globo* seja um jornal de referência, ele tem características sensacionais no que diz respeito à narrativa das matérias, dramatizando a situação da vítima, e criando personagens mocinhos e vilões. O jornal também cria lados opostos, transformando

delegados com diferentes opiniões em antagonistas, por exemplo, além de associar a maldade à periferia, como se todos os moradores da comunidade estivessem ligados ao mal, ao tráfico, ao estupro. A favela foi ainda mais estigmatizada, em vez de ouvida. Vemos assim que, apesar de obedecer ao Estatuto da Criança e do Adolescente, omitindo o nome da vítima e não exibindo totalmente seu rosto nas fotos (apesar de que ela poderia ser facilmente identificada por quem já a conhecia), a preocupação maior do jornal é contar uma história de horror, apontar culpados e reforçar estereótipos.

Por outro lado, entendemos que o crime, por si só, devido ao seu contexto extremamente violento e chocante, pôde trazer visibilidade aos casos de estupro e violência sexual, facilmente banalizados e ignorados. Ainda que o foco do jornal não tenha sido a conscientização social sobre a ideia de posse masculina que assola as mulheres, o fato de que os estupradores, aparentemente tão despreocupados e alheios ao crime cometido, postaram fotos e vídeos da vítima nua e desmaiada alarmou a população. Como descreve Letícia Matheus (2011), a mídia acaba propagando uma “cultura do medo”, forma sensacional de produzir notícias, a ponto de inserir na população a ideia de que aquele desastre pode acontecer em seu próprio meio, consigo mesmo ou com alguém próximo. Portanto, a grande visibilidade trazida pelas imagens compartilhadas e pela cobertura massiva da imprensa a nível nacional fez com que as pessoas vissem que a maldade existe, que os estupros existem, e que a vítima sofre constrangimento durante e após o crime, com perguntas abusivas da própria polícia e a exposição de todos os detalhes de sua vida, na busca de uma justificativa para a violência sofrida.

Esse caso fez com que a imprensa utilizasse pela primeira vez o termo “estupro coletivo” para se referir aos crimes cometidos por mais de um autor, nomenclatura que deu mais peso e importância à ocorrência. Na matéria publicada no Segundo Caderno no dia 30 de maio de 2016, *O Globo* se permitiu usar palavras evitadas no primeiro caderno, como “feminismo”, “machismo” e “cultura do estupro”, incentivando, em uma exceção, a problematização da visão da mulher como objeto. Apesar de silenciadas (e, em certo momento, criminalizadas), as manifestantes feministas também tiveram sua imagem amplamente divulgada, e, é claro, uma participação ao dar visibilidade para o caso, com campanhas na internet, protestos em várias partes do Brasil e a criação do Minimanual do Jornalismo Humanizado. Não há dúvidas de que as militantes deixaram um legado em favor de um maior diálogo sobre a violência contra a mulher, o ato de culpar a vítima, a preservação da mesma e a importância de denunciar o estupro.

Como discutido ao longo deste trabalho, o crime, seus desdobramentos e as manifestações que se seguiram se tornaram relevantes em todo o país. Em Juiz de Fora, inclusive, os jornais e portais de notícias publicaram informações sobre o caso, além de cobrir as manifestações locais.

Figura 18 – Matéria sobre protesto contra a cultura do estupro publicada no site do jornal Tribuna de Minas

Centenas de mulheres participam de manifestação contra o estupro em JF

Atualizada às 20h24 "Por todas elas. Por todas nós." Unidas às manifestações contra a cultura do estupro que ocorreram em todo o país na noite desta quarta-feira (1º), as juízas saíram às ruas para dar seu grito de basta ao machismo. Para enfatizar que a luta é de todas, muitas mulheres assumiram o microfone disponível [...]

Por **Guilherme Arêas**
01/06/2016 às 19:27hs - Atualizada 01/06/2016 às 20:26hs






Atualizada às 20h24

"Por todas elas. Por todas nós." Unidas às



Fonte: <http://www.tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-06-2016/parque-halfeld-recebe-ato-contra-a-cultura-do-estupro.html>

Figura 19 – Atualizações sobre as investigações do caso publicadas no site do jornal Tribuna de Minas

Mais provas de estupro

A ONG Rio de Paz promoveu, na Praia de Copacabana, ato público contra o abuso sofrido por mulheres (Tânia Rêgo/Agência Brasil) Agência Estado – A jovem de 16 anos que foi vítima de estupro coletivo na semana retrasada, em uma comunidade no Rio, ficou cerca de 30 horas em poder de seus estupradores. Este intervalo [...]

Por **Tribuna**
07/06/2016 às 07:00hs - Atualizada 07/06/2016 às 08:29hs






Agência Estado – A jovem de 16 anos que foi vítima de estupro coletivo na semana retrasada, em uma comunidade no Rio, ficou cerca de 30 horas em poder de seus estupradores. Este intervalo foi revelado pela polícia com base na análise de um novo vídeo do celular de Raí de Souza, preso na segunda-feira da semana passada por ter participado do crime. As duas oportunidades em que a vítima foi violentada teriam sido, portanto, em dias diferentes. As informações foram reveladas pela Fantástico, da Rede Globo, na noite de domingo (5). Inicialmente, Souza havia dito à notícia que tinha destruído seu aparelho celular

A ONG Rio de Paz promoveu, na Praia de Copacabana, ato público contra o abuso sofrido por mulheres (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

A ONG Rio de Paz promoveu, na Praia de Copacabana, ato público contra o abuso sofrido por mulheres (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Fonte: <http://www.tribunademinas.com.br/noticias/brasil-e-mundo/07-06-2016/mais-provas-de-estupro.html>

Hoje, mais de um ano depois do crime, as discussões sobre a cultura do estupro diminuíram gradualmente. Uma matéria do portal G1, portal do mesmo grupo que o jornal *O Globo*, publicada em 19 de maio de 2017⁶, informa que a adolescente deixou o programa de proteção do Governo Federal por conta de uma “quebra de normas”. Para proteger a vítima, o Governo Federal não especificou a norma que teria sido desrespeitada, mas o G1 listou as ações que podem motivar o desligamento do programa. São elas: agressão física cometida por usuários contra os técnicos; envolvimento do usuário em eventos incompatíveis com sua segurança pessoal ou que coloque em risco a equipe responsável por sua proteção; prática de ato infracional e/ou crime; utilização do local de pouso para atividade outra que não a proteção, sem autorização prévia dos profissionais do programa; exposição nos meios de comunicação; retorno à área de risco; evasão do local de proteção; colocar-se em situação de medida socioeducativa; caso de óbito. O Governo divulgou, porém, que a adolescente ainda se encontra fora do estado do Rio.

A delegada Cristiana Bento, da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, sofreu diversas ameaças de morte, e apenas três dos sete homens indiciados tanto pelo estupro como pela divulgação de imagens da vítima foram presos. Dois traficantes continuam foragidos e outros dois, responsáveis pelas fotos e vídeos, tiveram o caso transferido para a Justiça Federal. Entre os presos, dois foram condenados a 15 anos, e outro foi preso por outro crime, mas também está respondendo pelo estupro. O jogador de futebol que seria namorado da vítima foi liberado por falta de provas.

Na matéria, o caso foi comparado a outro estupro coletivo, ocorrido em 30 de abril de 2017 contra uma menina de 12 anos, na Baixada Fluminense. Três dos quatro suspeitos, todos menores de idade, haviam sido apreendidos até a finalização da reportagem, e cumpriam pena em uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase).

Apesar de dois criminosos do caso de 2016 estarem impunes, o acontecimento é considerado uma referência ao citar casos de estupro no Brasil. O tempo passou e as investigações foram concluídas, mas, ocasionalmente, alguém se lembra do estupro coletivo sofrido pela adolescente, e reacende o debate em torno do assunto. Esse caso emblemático ainda não caiu no esquecimento e, possivelmente, será sempre utilizado como exemplo da

⁶ Acessada em 29 de junho de 2017 pelo link <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/um-ano-apos-estupro-coletivo-na-zona-oeste-do-rio-dois-envolvidos-seguem-foragidos-e-delegada-sofre-ameacas.ghtml>

banalização da violência sexual no Brasil. A mentalidade machista da sociedade ainda é predominante, mas, diferentemente de antes, episódios como este narrado pela imprensa acabam servindo para que as mudanças comecem a acontecer, ainda que de forma lenta.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. *Entretenimento: valor-notícia fundamental*. Florianópolis: Editora Insular, 2008
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha*. Brasília: CNJ, 2013
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. Brasília: IPEA, 2015.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- O Globo. Edições de 27 de maio a 2 de junho de 2016.
- PASTORELLI, Ivanéa Maria. *Manual de Imprensa e de Mídia. Do estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo, Orange Star, 2001.
- Princípios Editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2011.
- RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.
- SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011
- Think Olga. *Minimanual do Jornalismo Humanizado. Parte I: Violência contra a mulher*. 2016. Disponível em <http://thinkolga.com/minimanual-do-jornalismo-humanizado/pt-1-violencia-contra-mulher/>
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Volume II: A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2008.
- TRISTÃO, Marise Baesso. *A representação da Polícia Militar de Minas Gerais no “Super Notícia”, o jornal mais lido pelos mineiros*. Dissertação de mestrado. UFJF. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – PÁGINAS DE O GLOBO ANALISADAS

O GLOBO

Hambúrgueres DIFERENTES NOS MENUS CARIOCAS

Casas no clima PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS EM RISCO

Arquitetura PARCEIRAS QUE DÃO FRUTOS

Divida externa tem salto de 155%

Estados vão vender empresas

Crisis é pior nas grandes cidades

Poluição visual é liberada

Trump conquista candidatura

Flamengo busca novo técnico

EXCLUSIVO/GASTOS PÚBLICOS

Cargos de confiança consomem 35% da folha

Custo de 346 mil comissionados chega a R\$ 3,5 bi por mês, diz TCU

Novos grampos complicam Renan e Sarney

Estupro coletivo choca país

Rio

VIOLÊNCIA QUE CHOCOU O PAÍS

Barbárie coletiva

Jovem de 16 anos é estuprada por mais de 30 bandidos, que ainda divulgam vídeo

12

COMERCIAL

29,90 19,99 27,99 18,50 6,99 7,80 14,50 8,99 4,35 3,99 2,39 3,19 3,26 2,99

O GLOBO

MAIS TRANSPARÊNCIA

STF proibe tramitação oculta de casos contra autoridades

Para Moro, ataques à Lava-Jato são tentativa de volta à impunidade

Lula discute divisão no esquema, diz ex-deputado

Minha Casa vai perder subsídios à baixa renda

A dor de Hirakawa

Estado do Rio descumpre a LRF

Holland diz que reforma 'é boa'

Cientistas querem adiar Olimpíada

'Atentado à dignidade das mulheres'

Para criar os filhos DONA CECÍLIA COM BOA ATENÇÃO

NAOMI

Jonathan Franzen GARIBALDI FINOCCHIO EMBALAM NOVO LIVRO

Rio

BARBÁRIE COLETIVA

Crueldade impune

No país, só 35% dos estupros são registrados. No Rio, apenas 6% chegam à Justiça

NÚMEROS QUE CHOCAM

4.725 995 6,7% 29% 6% 35%

Mulheres protestam em todo o país contra crimes sexuais

ESTAMOS TODAS SANARDO

IN ALEM

DOMINGO

O GLOBO

PRINCESA EM PANDEMA
Fifth Harmony
LIGA DOS CAMPEÕES
Real Madrid
Barcelona
Bayern de Munique

Presidente interino da Câmara fraudou contas eleitorais

EXCLUSIVO

Adriano Franchini fraudou a Câmara de Recaudação para a Prefeitura de São Paulo, que recebeu R\$ 10 milhões a mais em arrecadação em 2015. O valor foi usado para pagar a dívida da Prefeitura com o Banco do Brasil e para a compra de terrenos para a construção de um novo prédio para a Prefeitura.

O DUELO DA COMIDA NA VILA DOS ATLETAS

FESTA DAS NAÇÕES MIL E UMA NOTAS DE BATALHA

CIDADE OLÍMPICA A CASA DE 1550 ATLETAS

Estupro coletivo: defesa quer afastar delegado

Advogado diz que agente de boate "intimidou" vítima, pedindo para não denunciar o crime

BARBARRÉ COLETIVA

Rio

Investigação sob polêmica

Advogada de vítima de estupro quer afastamento de delegado, que a acusa de atrapalhar seu trabalho

Um polícia acusada e ficar sob holofotes

Delegado em questão, caso de investigação sob polêmica e advogado quer o afastamento

Turista australiano deixou o Galeão de táxi antes de desaparecer

Roy Wood, de 25 anos, nasceu em 1990. Foi encontrado e resgatado em Rio para ser resgatado no Brasil

DOMINGO

O GLOBO

Finalmente, um clássico
FRED FAZ, E FLU DERROTA BOTAFOGO

FLA VIRA JOGO E AMENÇA A CRUE

EXCLUSIVO/ESCÂNDALOS EM SÉRIE

Gov. cobra R\$ 11 bi de empresas da Lava-Jato

ADU ingressa hoje com duas ações para obter ressarcimento por desvios

PMDB controlará setor elétrico

Câmara poupa Wade Maranhão

Hospitais sob risco de fechamento

Dona de casa é presa por roubo

Casa de estupro muda de delegacia

A violência contra as mulheres nos arts

CENTRO DE LAZER

LESSA, BOLETA NAZINA, NÁI E PRODIGAL
ESTRÓI: SA QUENÇA CONTRA A GIPY

DOMINGO

Rio

Inquérito sobre estupro coletivo muda de delegacia após polêmica

Unidade especializada em crianças vítimas de crimes assume o caso

A INQUIRIDA DE MURIELLA

A CULTURA DO ESTUPRO

PARA QUEM TEVE UM IMPREVISTO, A GENTE DA 10 DIAS SEM JUROS NO LIMITE DA CONTA.

O QUE A GENTE PODE FAZER POR VOCÊ HOJE?

Santander

O GLOBO

SEGUNDO CADERNO

GESTÃO LÉSSA DEIXA GOVERNO E LAMENTA ESTADO DE BIELUTKA

RESPEITA AS MINA.

Nas artes, a representação do estupro se situa num perigoso espaço que pode ser percebido tanto como um alerta quanto como um estímulo à sua perpetuação. O diretor é terno, há uma delicadeza entre artistas para identificar quando termina a denúncia e começa a espetacularização. Por isso, é comum que músicas, séries e filmes apareçam no centro de polêmicas quanto à sua parcela de responsabilidade na disseminação da cultura do estupro. O tema, urgente, está mais uma vez em voga na sociedade brasileira, desde que veio à tona o abuso sexual cometido por mais de 30 homens contra uma adolescente, na semana passada, no Rio. A repercussão do caso não deixou de fora a possível influência da produção cultural na banalização da violência contra a mulher.

O GLOBO

UMA SEMANA DEPOIS, O SEGUNDO DIMITIDO

Mais um ministro de Temer cai por agir contra a Lava-Jato

Responsável por combate à corrupção, Fabiano Silveira foi flagrado em grampo

Ministro de Estado de Transportes ficou momentaneamente após TV Globo divulgar áudio que o ouvia em conversa a respeito de Renato Calheiros nas investigações e de servidores próximos a sua pasta e a outros membros do governo

Relator vai pedir a cassação de Cunha

Polícia agora diz ter prova de estupro

Adulterando de 18 meses até 1 ano, a polícia afirma ter provas de estupro

Bolsa Família: R\$ 2,5 bilhões sob suspeita

Brasil perde ainda mais competitividade

Lugar não de usar de Chile e Brasil para Estímulo

PREMIOS CHAVE: FAÇA VOCÊ MESMO

Rio

BARBARIE COLETTVA

Agora, polícia admite estupro

Nova delegada do caso diz que vídeo atesta que adolescente foi mesmo vítima do crime

“Por mim, seria pena de morte”

Delegada afirma que não quer mais ver o caso de estupro no Rio, porque não pode ter sido vítima sexual

“A polícia está investigando...”

Delegada afirma que não quer mais ver o caso de estupro no Rio, porque não pode ter sido vítima sexual

BARBARIE COLETTVA

Ameaçada, vítima entra em programa de proteção

Marcabens da Praça Secca fazem, por suposta ordem do tráfico, manifestação negando estupro

Governo federal vai propor punição mais rigorosa para esturpadores

Símbolo de resistência e a mulher que enfrentou o estupro

PROJETO NO SENADO PREVÊ AUMENTO DE PENA

Seu Smartphone é difícil de usar? Descubra como simplificar a sua vida com o novo Smartphone para idosos.

OFERTA ESPECIAL

Smartphone para idosos

819,90

R\$ 36,97

3527-0603 OfertaMelhor.com.br

Penas mais duras para estupro

Senado aumenta em até dois tempos punição para crimes cometidos por duas ou mais pessoas



OUTRA VIDA, OUTRA CIDADE, OUTRO NOME
 Família em programa de proteção, porém reapareceu escondida em um bairro de luxo

A família de uma mulher que foi estuprada em um programa de proteção, porém reapareceu escondida em um bairro de luxo...

Mercadão Com
 Festival Asiático

16,90, 8,35, 7,60, 14,90, 11,90, 13,90, 3,38, 3,99, 7,90, 10,90, 24,30, 15,80, 2,88, 2,99, 2,95, 2,48

Traficante chefia o 'bando do abatedouro'

Sergio Luiz da Silva Junior, o Da Russa, proíbe a filmagem de segios regadas a álcool e drogas na favela



POR QUE É ESTUPRO?
 Leis de 2008 consideram estupro qualquer ato sexual sem consentimento...

Casa de um cômodo, o endereço do tráfico na Praça Seca

Residência de um traficante em um apartamento de um cômodo na Praça Seca...

MP quer investigação da conduta de delegado que foi afastado do caso

Procurador afirma que há indícios de possível suborno e fraude...

MP quer investigação da conduta de delegado que foi afastado do caso

Suspeito que fez selfie de estupro se entrega

Delegado diz que depoimento de acusado foi esclarecedor e descarta acusação entre os três envolvidos



Policia ainda procura por mais quatro acusados

MP pede que Comarca de Itaboraí investigue conduta de delegado

Mercadão Com
 Festival Asiático

16,90, 8,35, 7,60, 14,90, 11,90, 13,90, 3,38, 3,99, 7,90, 10,90, 24,30, 15,80, 2,88, 2,99, 2,95, 2,48

Crise financeira prejudica atendimento a mulheres no Rio

Das quatro unidades de atendimento, apenas uma está funcionando regularmente

ANCELMO GOIS

A MARAVILHA DO LINS

Secretária, agora, apoia aborto após estupro

Exemplifica, como outras mulheres da cidade, que não quer mais sofrer

Secretária, agora, apoia aborto após estupro

Exemplifica, como outras mulheres da cidade, que não quer mais sofrer

60% OFF

LA BIZ JARDIM